

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2026 à 31/03/2026	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025	8
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	12
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	70
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	71
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	72
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2026
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	98.700
Preferenciais	0
Total	98.700
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
1	Ativo Total	75.643.743	73.287.660
1.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	5.162.183	2.772.352
1.01.01	Caixa	162.187	162.352
1.01.02	Aplicações de Liquidez	4.999.996	2.610.000
1.01.02.01	Aplicações no Mercado Aberto	4.999.996	2.610.000
1.02	Ativos Financeiros	64.161.556	63.729.046
1.02.01	Depósito Compulsório Banco Central	1.031.586	1.022.675
1.02.02	Ativos Financeiros Avaliados ao Valor Justo através do Resultado	1.987.208	1.562.771
1.02.02.01	Títulos e Valores Mobiliários	1.937.634	1.495.709
1.02.02.02	Derivativos	49.574	67.062
1.02.03	Ativos Financeiros Avaliados ao Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	41.806.472	41.123.135
1.02.03.01	Títulos e Valores Mobiliários	41.806.472	41.123.135
1.02.04	Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	19.336.290	20.020.465
1.02.04.01	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	868.735	819.544
1.02.04.03	Títulos e Valores Mobiliários	290.152	284.627
1.02.04.04	Operações de Crédito	19.565.715	20.154.551
1.02.04.05	Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	-1.492.140	-1.298.345
1.02.04.08	Outros Ativos Financeiros	103.828	60.088
1.03	Tributos	4.041.169	4.769.253
1.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social - Correntes	338.802	1.037.373
1.03.02	Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos	3.702.367	3.731.880
1.04	Outros Ativos	1.452.017	1.289.751
1.04.01	Ativos Não Correntes a Venda	1.452.010	1.289.740
1.04.03	Outros	7	11
1.05	Investimentos	350	352
1.05.04	Propriedades para Investimento	350	352
1.06	Imobilizado	418.611	370.183
1.06.01	Imobilizado de Uso	820.104	769.513
1.06.02	Direito de Uso de Arrendamento	5.723	3.199
1.06.03	Depreciação Acumulada	-407.216	-402.529
1.07	Intangível	407.857	356.723
1.07.01	Intangíveis	459.195	397.127
1.07.03	Amortização Acumulada	-51.338	-40.404

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2	Passivo Total	75.643.743	73.287.660
2.02	Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	47.495.504	44.844.721
2.02.01	Depósitos	14.000.521	14.565.381
2.02.01.01	Depósitos à Vista	2.957.091	3.241.066
2.02.01.02	Depósitos de Poupança	1.278.607	1.288.692
2.02.01.03	Depósitos Interfinanceiros	988.433	1.079.194
2.02.01.04	Depósitos a Prazo	8.776.390	8.956.429
2.02.02	Captações no Mercado Aberto	5.391.779	4.718.865
2.02.04	Outras Captações	28.103.204	25.560.475
2.02.04.01	Obrigações por Empréstimos	366.201	333.829
2.02.04.02	Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	1.303.743	1.144.578
2.02.04.03	Obrigações por Repasses do Exterior	745.967	842.064
2.02.04.04	Arrendamento	4.664	2.611
2.02.04.05	Outros Instrumentos de Dívida	5.495.048	5.278.392
2.02.04.06	Instrumentos Financeiros Derivativos	26.702	13.988
2.02.04.07	Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	20.019.777	17.801.411
2.02.04.08	Rendas Antecipadas	141.102	143.602
2.03	Provisões	8.176.841	7.910.279
2.03.01	Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	4.279.290	4.019.137
2.03.02	Provisão p/ Perdas Esperadas c/ Comp. de Créditos e Cred. a Liberar	20.884	24.889
2.03.03	Provisão para Contingências	1.258.292	1.182.596
2.03.04	Passivos Atuariais	2.618.375	2.683.657
2.04	Passivos Fiscais	582.167	2.416.086
2.05	Outros Passivos	2.788.633	2.050.414
2.07	Patrimônio Líquido	16.600.598	16.066.160
2.07.01	Capital Social Realizado	13.238.172	13.238.172
2.07.03	Reservas de Reavaliação	13.022	13.038
2.07.04	Reservas de Lucros	3.905.976	3.789.708
2.07.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	371.764	0
2.07.08	Outros Resultados Abrangentes	-928.336	-974.758

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
3.01	Receitas de Intermediação Financeira	2.559.638	2.185.213
3.01.01	Operações de Crédito	984.372	910.027
3.01.02	Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	1.590.573	1.414.573
3.01.03	Resultado com Instrumentos Financeiros e Derivativos	-20.326	-155.644
3.01.04	Resultado de Operações de Câmbio	0	11.634
3.01.05	Resultado das Aplicações Compulsórias	5.019	4.623
3.02	Despesas de Intermediação Financeira	-1.642.225	-1.419.358
3.02.01	Operações de Captação no Mercado	-712.130	-534.342
3.02.02	Operações de Empréstimos e Repasses	-46.193	-49.329
3.02.03	Despesas de Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	-611.660	-485.076
3.02.04	Provisão para Risco de Crédito	-272.242	-350.611
3.03	Resultado Bruto de Intermediação Financeira	917.413	765.855
3.04	Outras Despesas e Receitas Operacionais	-16.161	-43.083
3.04.02	Receitas de Prestação de Serviços	1.085.955	936.114
3.04.03	Despesas com Pessoal	-792.686	-737.713
3.04.04	Outras Despesas de Administrativas	-683.961	-631.121
3.04.05	Despesas Tributárias	-175.092	-160.857
3.04.06	Outras Receitas Operacionais	1.340.077	1.244.417
3.04.07	Outras Despesas Operacionais	-790.454	-693.923
3.04.07.01	Provisão para Contingências Passivas	-100.980	-96.137
3.04.07.02	Outras Despesas Operacionais	-267.999	-156.290
3.04.07.03	Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	-421.475	-441.496
3.05	Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro	901.252	722.772
3.06	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-397.902	-373.200
3.06.01	Corrente	-365.309	-332.440
3.06.01.01	Provisão para Imposto de Renda	-199.140	-182.902
3.06.01.02	Provisão para Contribuição Social	-166.169	-149.538
3.06.02	Diferido	-32.593	-40.760
3.07	Lucro ou Prejuízo das Operações Continuadas	503.350	349.572
3.09	Lucro ou Prejuízo antes das Participações e Contribuições Estatutárias	503.350	349.572
3.10	Participações nos Lucros e Contribuições Estatutárias	-15.334	-8.359
3.10.01	Participações Estatutárias no Lucro	-15.334	-8.359
3.11	Lucro ou Prejuízo Líquido do Período	488.016	341.213
3.99	Lucro por Ação (R\$/Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	4,94	3,46

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
4.01	Lucro ou Prejuízo Líquido do Período	488.016	341.213
4.02	Outros Resultados Abrangentes Próprios	46.438	41.631
4.02.01	Valores que serão Reclassificados para o Resultado	-4.306	26.701
4.02.01.01	Ajustes em Instrumentos Financeiros Classificados como VJORA	-7.858	48.519
4.02.01.02	Efeito Tributário sobre Ajustes em Instrumentos Financeiros Classificados como VJORA	3.536	-21.834
4.02.01.03	Realização da Reserva de Reavaliação	29	29
4.02.01.04	Efeito Tributário sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	-13	-13
4.02.02	Valores que não serão Reclassificados o para o Resultado	50.744	14.930
4.02.02.01	Ganhos ou Perdas Atuariais	92.261	27.145
4.02.02.02	Efeito Tributário sobre Ganhos ou Perdas Atuariais	-41.517	-12.215
4.04	Resultado Abrangente do Período	534.454	382.844

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
6.01	Caixa Líquido das Atividades Operacionais	3.968.493	185.365
6.01.01	Caixa Gerado pelas Operações	1.925.816	1.835.846
6.01.01.01	Lucro ou Prejuízo Líquido antes dos Tributos sobre o Lucro	901.252	722.772
6.01.01.02	Ajustes ao Lucro ou Prejuízo	1.024.564	1.113.074
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	2.042.677	-1.650.481
6.01.02.01	Depósitos no Banco Central	-8.911	-1.611.889
6.01.02.02	Instrumentos Financeiros Derivativos	30.202	148.807
6.01.02.03	Aplicações em Depósitos Intefinanceiros	-18.000	-173.503
6.01.02.04	Aplicações em Moedas Estrangeiras	-31.854	-6.343
6.01.02.05	Operações de Crédito	327.101	-1.599.355
6.01.02.06	Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	194.369	191.563
6.01.02.07	Outros Ativos	27.018	564.881
6.01.02.08	Ativos Fiscais	720.113	445.004
6.01.02.09	Depósitos	-568.834	-2.606.063
6.01.02.10	Captações no Mercado Aberto	672.914	207.912
6.01.02.11	Obrigações por Empréstimos e Repasses	95.440	-93.959
6.01.02.12	Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	2.218.366	2.874.238
6.01.02.13	Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	260.153	444.245
6.01.02.14	Provisão para Perdas Esperadas com Compromissos de Créditos e Créditos a Liberar	-4.005	334.858
6.01.02.15	Provisão para Contingências	75.696	44.828
6.01.02.16	Passivos Atuariais	-65.282	-13.333
6.01.02.17	Rendas Antecipadas	-2.500	-2.500
6.01.02.18	Passivos Fiscais	-1.833.919	582.834
6.01.02.19	Imposto de Renda e CSLL pagos	-1.542.514	-902.170
6.01.02.20	Outros Passivos	1.497.124	-480.536
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.253.152	-1.276.540
6.02.01	Inversões em Imobilizado de Uso	-56.005	-9.404
6.02.03	Alienação de Imobilizado de Uso	32	21
6.02.05	Títulos e Valores Mobiliários	-1.135.110	-1.237.359
6.02.06	Inversões em Intangível	-62.069	-30.779
6.02.07	Inversões em Investimentos	0	981
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-325.510	-314.821
6.03.01	Dívida Subordinada Elegível a Capital	79.209	0
6.03.02	Pagamento de Dividendos sob a forma de Juros sobre o Capital	-404.719	-314.821
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	2.389.831	-1.405.996
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	2.772.352	3.032.421
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	5.162.183	1.626.425

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2026 à 31/03/2026**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros/Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	13.238.172	0	3.802.746	0	0	-974.758	16.066.160
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	13.238.172	0	3.802.746	0	0	-974.758	16.066.160
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	116.268	0	-116.268	0	0
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	116.268	0	-116.268	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	488.016	-4.322	483.694
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	0	488.016	0	488.016
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	0	-4.322	-4.322
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	0	-7.858	-7.858
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	0	3.536	3.536
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-16	0	16	50.744	50.744
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	0	0	0	50.744	50.744
5.06.01.01	Ganhos ou Perdas Atuariais	0	0	0	0	0	92.261	92.261
5.06.01.02	Tributos sobre Ganhos e Perdas Atuariais	0	0	0	0	0	-41.517	-41.517
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	-29	0	29	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	13	0	-13	0	0
5.07	Saldos Finais	13.238.172	0	3.918.998	0	371.764	-928.336	16.600.598

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros/Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	11.648.938	0	3.207.051	0	0	-904.716	13.951.273
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	-184.806	0	-184.806
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	11.648.938	0	3.207.051	0	-184.806	-904.716	13.766.467
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	81.282	0	-81.282	0	0
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	81.282	0	-81.282	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	341.213	26.685	367.898
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	0	341.213	0	341.213
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	0	26.685	26.685
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	0	48.519	48.519
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	0	-21.834	-21.834
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-16	0	-34.148	14.930	-19.234
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	0	0	-34.164	14.930	-19.234
5.06.01.01	Ganhos e Perdas Atuariais	0	0	0	0	0	27.145	27.145
5.06.01.02	Tributos sobre Ganhos e Perdas Atuariais	0	0	0	0	0	-12.215	-12.215
5.06.01.03	Registro de Instrumentos Financeiros Derivativos s/ Operações de Câmbio (Liq. de Tributos)	0	0	0	0	-34.164	0	-34.164
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	-29	0	29	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	13	0	-13	0	0
5.07	Saldos Finais	11.648.938	0	3.288.317	0	40.977	-863.101	14.115.131

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
7.01	Receitas	3.922.974	3.321.211
7.01.01	Intermediação Financeira	2.559.638	2.184.771
7.01.02	Prestação de Serviços	1.085.955	936.114
7.01.03	Provisão/Reversão de Perdas Esperadas ao Risco de Crédito	-272.242	-350.611
7.01.04	Outras	549.623	550.937
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-1.369.983	-1.068.747
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-653.957	-609.180
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-32.165	-27.987
7.03.02	Serviços de Terceiros	-386.704	-375.475
7.03.04	Outros	-235.088	-205.718
7.03.04.01	Processamento dados e Telecomunicações	-138.554	-130.340
7.03.04.02	Propaganda, Promoções e Publicações	-24.172	-10.391
7.03.04.03	Transportes	-8.744	-8.300
7.03.04.04	Segurança	-27.471	-24.791
7.03.04.05	Viagens	-6.336	-6.555
7.03.04.06	Outras	-29.811	-25.341
7.04	Valor Adicionado Bruto	1.899.034	1.643.284
7.05	Retenções	-17.852	-9.482
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-17.852	-9.482
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.881.182	1.633.802
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.881.182	1.633.802
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	1.881.182	1.633.802
7.09.01	Pessoal	699.290	642.327
7.09.01.01	Remuneração Direta	476.725	445.686
7.09.01.02	Benefícios	187.255	163.172
7.09.01.03	F.G.T.S.	35.310	33.469
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	681.724	637.803
7.09.02.01	Federais	666.874	623.573
7.09.02.02	Estaduais	8	11
7.09.02.03	Municipais	14.842	14.219
7.09.03	Remuneração do Capital de Terceiros	12.152	12.459
7.09.03.01	Aluguéis	12.152	12.459
7.09.04	Remuneração de Capital Próprio	488.016	341.213
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	488.016	341.213

Comentário do Desempenho

DESEMPENHO OPERACIONAL

O BNB contratou, no primeiro trimestre de 2026, R\$ 11,53 bilhões em 1.183.436 operações de empréstimos e financiamentos. Desses recursos, foram oriundos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) R\$ 8,97 bilhões (469.980 contratos).

No que se refere ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, o Pronaf, o BNB contratou 181.318 operações de financiamento, envolvendo recursos da ordem de R\$ 2,72 bilhões no período. Dentro do Pronaf, o BNB opera o Agroamigo, programa de microcrédito produtivo e orientado para a área rural. No primeiro trimestre de 2026 foram contratadas nesta modalidade a quantidade de 176.616 operações com agricultores familiares, totalizando R\$ 2,41 bilhões.

Já por meio de seu programa de microcrédito produtivo orientado urbano, o Crediamigo, o BNB desembolsou R\$ 3,18 bilhões, contratando 968.429 operações em apoio aos microempreendedores de toda a sua área de atuação.

No cômputo global do programa de microcrédito produtivo orientado do BNB, envolvendo o Crediamigo, para a área urbana, e o Agroamigo, para a área rural, foi contratado o montante de R\$ 5,60 bilhões no primeiro trimestre de 2026, totalizando 1.145.045 operações em apoio aos microempreendedores das zonas urbana e rural de toda a sua área de atuação.

No tocante ao apoio às micro e pequenas empresas, o BNB contratou o montante de R\$ 1,05 bilhão ao longo do primeiro trimestre de 2026 e 8.237 operações.

Quanto ao resultado financeiro do BNB, houve aumento no Lucro Operacional em 21,8%, comparando com 1º trimestre de 2025, somando R\$ 878,3 milhões no 1º trimestre de 2026, com destaque para o crescimento da margem financeira e incremento das receitas de prestação de serviço, além de um menor nível no resultado do risco de crédito, considerando o novo regramento do provisionamento para perdas esperadas, conforme a Resolução nº 4.966/21 do Banco Central. O Lucro Líquido totalizou R\$ 488,0 milhões, resultado 43,0% superior ao alcançado no mesmo período do ano anterior.

A seguir, demonstra-se a composição do Lucro Recorrente, o qual é apurado considerando-se a dedução de itens extraordinários (não recorrentes) ocorridos no período:

Valores em R\$ milhões

	01.01 a 31.03.2025	01.01 a 31.03.2026
Resultado Recorrente	341,10	562,67
Resultados não recorrentes	0,11	(74,65)
- Programa Desenrola Rural – Operações do FNE com risco compartilhado	0,07	2,43
- Impacto da Lei 14.166/Lei 14.554	0,13	4,29
- Impacto da Lei 13.340	-	0,08
- Incidente de Segurança Cibernética	-	(146,61)
- Efeitos Fiscais e de PLR sobre itens extraordinários	(0,10)	65,16
Lucro Líquido	341,21	488,02

Comentário do Desempenho

Consideram-se "não recorrentes" itens que contribuem para o resultado da instituição, advindos de ocorrências sem previsibilidade e com fato gerador individual e específico de dado cenário. São valores que não têm relação direta com os números resultantes das operações da empresa e, por este motivo, tendem a não se repetir no futuro.

Notas Explicativas

Índice das Notas Explicativas

NOTA 1 - O BANCO E SUAS CARACTERÍSTICAS	14	NOTA 15 - PROVISÃO PARA PERDAS ESPERADAS COM COMPROMISSOS DE CRÉDITO E CRÉDITO A LIBERAR	47
NOTA 2 - BASE PARA A PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS (ITR).....	14	NOTA 16 - ATIVOS CONTINGENTES, PASSIVOS CONTINGENTES E PROVISÕES	48
NOTA 3 - RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS	15	NOTA 17 - BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO	49
NOTA 4 - INFORMAÇÕES POR SEGMENTO	21	NOTA 18 – ATIVOS E PASSIVOS FISCAIS	52
NOTA 5 - DISPONIBILIDADES E CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	24	NOTA 19 – OUTROS PASSIVOS	56
NOTA 6 - DEPÓSITOS NO BANCO CENTRAL	24	NOTA 20 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO	57
NOTA 7 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS	25	NOTA 21 - OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	58
NOTA 8 - OUTROS ATIVOS FINANCEIROS	40	NOTA 22 - REMUNERAÇÃO A FUNCIONÁRIOS E ADMINISTRADORES	59
NOTA 9 - OUTROS ATIVOS NÃO FINANCEIROS	40	NOTA 23 - GERENCIAMENTO DE RISCOS E ÍNDICE DE BASILEIA	59
NOTA 10 – PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO, IMOBILIZADO E INTANGÍVEL	41	NOTA 24 - PARTES RELACIONADAS	66
NOTA 11 – PASSIVOS FINANCEIROS	42	NOTA 25 - RESULTADOS RECORRENTES E NÃO RECORRENTES	69
NOTA 12 – FUNDOS FINANCEIROS E DE DESENVOLVIMENTO	45	NOTA 26 - OUTRAS INFORMAÇÕES	70
NOTA 13 - RENDAS ANTECIPADAS	46		
NOTA 14 – PROVISÃO PARA GARANTIAS FINANCEIRAS PRESTADAS	47		

Notas Explicativas

NOTA 1 - O Banco e suas Características

O Banco do Nordeste do Brasil S.A. (Banco) é uma instituição financeira múltipla criada pela Lei Federal nº 1.649, de 19.07.1952, organizado sob a forma de sociedade de economia mista, de capital aberto, com matriz localizada na Avenida Dr. Silas Munguba, nº 5700, Passaré, Fortaleza, Ceará, Brasil, controlado pela União Federal e tem por missão: "Atuar como o Banco de desenvolvimento sustentável da Região Nordeste, Norte de Minas Gerais e Espírito Santo". O Banco está autorizado a operar com todas as carteiras permitidas às instituições financeiras classificadas como Banco Múltiplo. Instituição voltada para o desenvolvimento regional, atua como órgão executor de políticas públicas, cabendo-lhe a administração do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) – principal fonte de recursos para os financiamentos de longo prazo – e a operacionalização do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) em sua área de atuação. É também o agente operador do Fundo de Investimentos do Nordeste (Finor) e do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE). As obrigações assumidas pelo Banco para atender interesse público estão demonstradas nas Notas Explicativas 11.a.6 e 14.a.1. O Banco possui o maior programa de microfinanças da América Latina, consolidado por meio do Crediamigo e do Agroamigo, que facilita o acesso ao crédito a pequenos empreendedores que desenvolvem atividades relacionadas à produção, à comercialização de bens e à prestação de serviços, nas áreas urbana e rural. Além de recursos federais, o Banco tem acesso a outras fontes de financiamento nos mercados interno e externo, por meio de captações diretas, bem como de parcerias com instituições nacionais e internacionais, incluindo instituições multilaterais, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

NOTA 2 - Base para a Preparação e Apresentação das Informações Trimestrais (ITR)

As Informações Trimestrais (ITR) foram preparadas e apresentadas de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404, de 15.12.1976 e alterações posteriores), normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen ou BCB) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

As contas do Ativo e do Passivo do Balanço Patrimonial estão sendo apresentadas exclusivamente por ordem de liquidez e exigibilidade, conforme faculta a Resolução BCB nº 2, de 12.08.2020. A segregação entre circulante e não circulante é objeto de divulgação nas Notas Explicativas.

As Informações Trimestrais (ITR) foram preparadas no pressuposto de continuidade operacional, porquanto a administração avalia que o Banco possui recursos suficientes para continuar operando no cumprimento de sua missão e objeto social, inexistindo incertezas materiais que possam gerar dúvidas significativas sobre essa capacidade de continuar operando normalmente.

Os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), no processo de convergência da contabilidade às normas internacionais, recepcionados por normativos editados pelo CMN e BCB como também os aprovados pela CVM no que não conflitam com as normas do CMN e BCB, estão observados nestas Informações Trimestrais (ITR), conforme abaixo:

- CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro (Resolução CMN nº 4.924, de 24.06.2021);
- CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (Resolução CMN nº 4.924, de 24.06.2021);
- CPC 02 (R2) – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis (Resolução CVM nº 91, de 20.05.2022);
- CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa (Resolução CMN nº 4.818, de 29.05.2020, Resolução BCB nº 2, de 12.08.2020 e Resolução CVM nº 242, de 13.04.2026);
- CPC 04 (R1) - Ativo Intangível (Resolução CMN n.º 4.534, de 24.11.2016);
- CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas (Resolução CMN nº 4.818, de 29.05.2020 e Resolução BCB nº 2, de 12.08.2020);
- CPC 06 (R2) – Arrendamentos (Resolução CMN nº 4.975, de 16.12.2021 e Resolução CVM nº 95, de 20.05.2022);
- CPC 09 (R1) – Demonstração do Valor Adicionado (Resolução CVM nº 199, de 09.02.2024);
- CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações (Resolução CMN nº 3.989, de 30.06.2011);
- CPC 12 (R1) – Ajuste a Valor Presente (Resoluções CVM nº 190, de 09.10.2023 e nº 242, de 13.04.2026);
- CPC 22 – Informações por Segmento (Resolução CVM nº 103, de 20.05.2022);
- CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (Resolução CMN nº 4.924, de 24.06.2021);

Notas Explicativas

- CPC 24 – Evento Subsequente (Resolução CMN nº 4.818, de 29.05.2020 e Resolução BCB nº 2, de 12.08.2020);
- CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (Resolução CMN nº 3.823, de 16.12.2009 e Resolução CVM nº 242, de 13.04.2026);
- CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis (Resolução CVM nº 106, de 20.05.2022);
- CPC 27 – Ativo Imobilizado (Resolução CMN nº 4.535, de 24.11.2016);
- CPC 28 – Propriedade para Investimento (Resolução CMN nº 4.967, de 25.11.2021);
- CPC 32 – Tributos sobre o Lucro (Resolução CVM nº 109, de 20.05.2022);
- CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados (Resolução CMN nº 4.877, de 23.12.2020);
- CPC 41 – Resultado por Ação (Resolução CMN nº 4.818, de 29.05.2020, Resolução BCB nº 2, de 12.08.2020 e Resolução CVM nº 242, de 13.04.2026);
- CPC 46 – Mensuração do Valor Justo (Resolução CMN nº 4.924, de 24.06.2021); e
- CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (Resolução CMN nº 4.924, de 24.06.2021)

NOTA 3 - Resumo das Políticas Contábeis

As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas ao período apresentado nas Informações Trimestrais (ITR).

a) Moeda Funcional

A moeda funcional e de apresentação das Informações Trimestrais (ITR) do Banco é o Real.

Os Ativos e Passivos em moeda estrangeira são registrados à taxa de câmbio em vigor na data da transação, permanecendo os Ativos não monetários ao custo histórico.

Ao final de cada mês, os Ativos e Passivos monetários em moeda estrangeira são atualizados pela taxa de câmbio de fechamento, sendo as variações reconhecidas no resultado.

b) Critérios de Reconhecimento dos Resultados

As receitas e despesas são reconhecidas mensalmente, obedecendo ao regime de competência e considerando o critério *pro rata temporis*.

c) Disponibilidades e Caixa e Equivalentes de Caixa

Correspondem aos saldos de disponibilidades, acrescidos das aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários com conversibilidade imediata ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias da data de aplicação, e que apresentam risco insignificante de variações no valor de mercado.

d) Instrumentos Financeiros

Instrumento Financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

l) Classificação

O Banco classifica seus Ativos e Passivos Financeiros considerando os modelos de negócios para gerirlos, associados com as respectivas características de fluxo de caixa contratual, conforme a seguir:

a) Ativos Financeiros:

a.1) Ao Valor Justo no Resultado (“VJR”):

- cujo objetivo seja vendê-los antes de seus respectivos vencimentos, mas que não contemplem esquemas de reembolso que prevejam pagamento de principal + encargos em datas previamente estabelecidas; ou, que sejam classificados como Instrumentos Financeiros Derivativos.

a.2) Ao Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes (“VJORA”), que atendam, cumulativamente, às duas condições seguintes:

- cujo objetivo seja tanto mantê-los em carteira para recebimento de seus fluxos de caixa contratuais (principal + encargos) nas datas efetivamente pactuadas com o cliente (esquema de reembolso), como vendê-los antes de seus respectivos vencimentos; e,

- contemplem esquemas de reembolso que prevejam pagamentos de principal + encargos em datas

Notas Explicativas

previamente estabelecidas.

a.3) Ao Custo Amortizado (“CA”), que atendam, cumulativamente, às duas condições seguintes:

- cujo objetivo seja mantê-los em carteira para recebimento de seus fluxos de caixa contratuais (principal + encargos) nas datas efetivamente pactuadas com o cliente (esquema de reembolso); e,
- contemplem os esquemas de reembolso que prevejam pagamentos de principal + encargos em datas previamente estabelecidas.

b) Passivos Financeiros:

b.1) Ao Custo Amortizado (“CA”), excetuando-se os que forem objeto da opção irrevogável, quanto a serem mensurados a VJR; e

b.2) Valor Justo no Resultado (“VJR”) os Passivos decorrentes de Instrumentos Financeiros Derivativos.

II) Reclassificação

O Banco somente reclassifica os Ativos Financeiros na hipótese de mudanças em seus modelos de negócios para geri-los e, em nenhuma hipótese, reclassifica os seus Passivos Financeiros.

III) Taxa de Juros Efetiva (“TJE”)

É a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do Ativo ou Passivo Financeiro ao valor contábil bruto de um Ativo Financeiro (ou seja, seu custo amortizado antes de qualquer provisão para redução ao valor recuperável) ou ao custo amortizado de um Passivo Financeiro.

Ativos e Passivos financeiros classificados e mensurados ao (“CA”), referentes a operações iniciadas a partir de janeiro de 2025, foram reconhecidos pelo método da taxa efetiva de juros. As operações de créditos originadas até 31.12.2024, continuaram a ser reconhecidas pela taxa contratual, pela vigência dos respectivos contratos, exceto se renegociadas/reestruturadas a partir de 01 de janeiro de 2025.

A receita de juros é calculada aplicando-se a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do Ativo Financeiro.

Referente às operações de créditos classificadas na categoria (“CA”), para a apropriação de receitas e despesas relativas aos custos de transação e demais valores recebidos na originação ou na emissão do instrumento financeiro, é utilizada a metodologia [diferenciada linear] de apropriação às receitas contratuais.

Em razão das operações ativas e passivas do Banco, os seguintes custos de transação/originação e tarifas/comissões compõem a formação da TJE, uma vez que se referem a custos diretamente atribuíveis à emissão do instrumento financeiro:

- Taxa de Abertura de Crédito (TAC) e Comissão de Estruturação (incidentes na originação de operações de crédito ativas); e
- Taxa Flat (incidente na liberação de recursos de operações passivas junto ao BNDES).

IV) Classificação do Risco da Carteira de Crédito

i - Carteira 1 (C1):

- a) créditos garantidos por alienação fiduciária de imóveis; e
- b) créditos com garantia fidejussória da União, de governos centrais de jurisdições estrangeiras e respectivos bancos centrais ou organismos multilaterais e entidades multilaterais de desenvolvimento;

ii - Carteira 2 (C2):

- a) créditos de arrendamento mercantil, nos termos do disposto na Lei nº 6.099, de 12 de setembro de 1974;
- b) créditos garantidos por hipoteca de primeiro grau de imóveis residenciais, por penhor de bens móveis ou imóveis ou por alienação fiduciária de bens móveis;
- c) créditos garantidos por depósitos à vista, a prazo ou de poupança;
- d) créditos decorrentes de ativos financeiros emitidos por ente público federal ou por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil;
- e) créditos com garantia fidejussória de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil;
- e
- f) créditos com cobertura de seguro de crédito emitido por entidade que não seja parte relacionada da

Notas Explicativas

instituição, nos termos da Resolução nº 4.818, de 29 de maio de 2020;

iii - Carteira 3 (C3):

a) créditos decorrentes de operações de desconto de direitos creditórios, inclusive recebíveis comerciais adquiridos e operações formalizadas como aquisição de recebíveis comerciais de pessoa não integrante do Sistema Financeiro Nacional e nas quais a mesma pessoa seja devedora solidária ou subsidiária dos recebíveis;

b) créditos decorrentes de operações garantidas por cessão fiduciária, caução de direitos creditórios ou penhor de direitos creditórios; e

c) créditos com cobertura de seguro de crédito, garantia real ou garantia fidejussória não abrangidos pelas hipóteses previstas nos incisos I e II do caput;

iv - Carteira 4 (C4):

a) créditos para capital de giro, adiantamentos sobre contratos de câmbio, adiantamentos sobre cambiais entregues, debêntures e demais títulos emitidos por empresas privadas, sem garantias ou colaterais; e

b) operações de crédito rural sem garantias ou colaterais destinadas a investimentos; ou

v - Carteira 5 (C5):

a) operações de crédito pessoal, com ou sem consignação, crédito direto ao consumidor, crédito rural não abrangido pelas hipóteses previstas no inciso IV do caput e crédito na modalidade rotativo sem garantias ou colaterais;

b) créditos sem garantias ou colaterais não abrangidos pelas hipóteses previstas no inciso IV do caput; e

c) créditos decorrentes de operações mercantis e outras operações com características de concessão de crédito não abrangidos pelas hipóteses previstas nos incisos I a IV do caput.

Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

O Banco adota a metodologia completa para cálculo da Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito, observando-se os seguintes critérios:

- são consideradas as perdas incorridas dos instrumentos financeiros, conforme definido pela Resolução BCB nº 352, artigo 76, para operações adimplidas e inadimplidas, inclusive. A citada Resolução não dispensa às Instituições Financeiras obrigadas à aplicação da metodologia completa de apuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de constituir provisão adicional de acordo com tipo de carteira e os percentuais ali definidos.

- são consideradas, ainda, as expectativas de eventos futuros e condições econômicas, além de evidências objetivas de perda no valor recuperável dos Ativos. Isso ocorre como resultado de um ou mais eventos de perda ocorridos após o reconhecimento inicial dos Ativos, os quais impactam negativamente os fluxos de caixa futuros previstos do Ativo, podendo ser estimados de forma confiável.

O Banco não reconhece os juros a partir do momento que a Administração entende que o reconhecimento da receita não seja provável, em função de significativa incerteza de recebimento futuro, não podendo ultrapassar o prazo máximo de 90 dias de atraso.

V) Baixa do Ativo Financeiro

O Banco procede à baixa de um Ativo Financeiro se:

- os direitos contratuais ao fluxo de caixa do Ativo expirarem; ou

- o Ativo Financeiro for transferido e a transferência se qualificar para a baixa.

Conforme modelo de avaliação instituído pelo Banco, o período de reconhecimento de não-recuperação do valor de um Ativo foi definido em 19 meses após o início do atraso para os instrumentos de crédito enquadrados nas Carteiras C3, C4 e C5, conforme a tabela de perda incorrida, sendo 18 meses de atraso mais 1 mês até o lançamento em prejuízo, e em 25 meses após o início do atraso para os instrumentos de crédito enquadrados nas Carteiras C1 e C2, sendo 24 meses de atraso mais 1 mês até o lançamento em prejuízo.

VI) Mensuração do Valor Justo

Valor justo é o valor pelo qual um ativo pode ser vendido, ou um passivo liquidado, entre partes conhecidas e interessadas, em condições competitivas e normais de mercado, na data da avaliação.

A mensuração dos valores justos de Ativos e Passivos Financeiros é baseada nos preços de cotações do mercado ou cotações de preços de agentes de mercado para os instrumentos financeiros negociados em mercados ativos. Para os demais instrumentos financeiros, o valor justo é determinado utilizando-se técnicas de avaliação. As técnicas de avaliação incluem técnicas de valor líquido presente, método de

Notas Explicativas

fluxos de caixa descontados, comparação com instrumentos similares para os quais existam preços observáveis no mercado, e modelos de avaliação. O Banco utiliza métodos de avaliação amplamente reconhecidos para determinar o valor justo de instrumentos financeiros, conforme modelo de negócios, levando em consideração dados observáveis no mercado. Para instrumentos financeiros mais complexos, o Banco utiliza modelos exclusivos, que usualmente são desenvolvidos com base em modelos de avaliação reconhecidos no mercado, conforme determinado em política ou manual de marcação. Alguns ou todos os dados inseridos nesses modelos podem não ser observáveis no mercado, e são derivados de preços ou taxas de mercado ou são estimados com base em premissas.

Os instrumentos financeiros são mensurados segundo a hierarquia de mensuração do valor justo descrita a seguir:

Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para Ativos e Passivos idênticos.

Nível 2: Inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o Ativo ou Passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3: Inputs, para o Ativo ou Passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

e) Instrumentos Financeiros Derivativos

A atuação do Banco no mercado de derivativos restringe-se a operações de swap, exclusivamente para proteção de suas posições ativas e passivas.

As operações de “swap” são registradas em contas patrimoniais e de compensação, conforme a sua natureza, segundo os dispositivos legais e normas contábeis vigentes.

Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo valor de mercado por ocasião dos balancetes mensais e balanços e as valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas.

Considerando o risco da exposição cambial bem como condições de mercado de captação no Exterior, o Banco designou Instrumentos Financeiros Derivativos para proteção total dos valores de captação e correspondentes juros devidos, classificados segundo a sua natureza em hedge de risco de mercado.

O principal protegido acrescido dos juros devidos é demonstrado pelo valor de mercado, sendo a variação no valor de mercado registrada como parte de seu valor contábil e reconhecida na demonstração do resultado do exercício.

No cálculo do valor de mercado dessas operações são utilizadas as taxas divulgadas pela B3 S.A.

Os contratos de câmbio, são considerados instrumentos financeiros derivativos, sendo contabilizados pelo valor justo com reconhecimento de variações diretamente no resultado do período.

f) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

São registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustado por provisão para perdas, quando aplicável.

g) Títulos e Valores Mobiliários (TVM)

Estão registrados pelos valores efetivamente pagos, inclusive corretagens e emolumentos, sendo classificados nas categorias (“VJR”), (“VJORA”) e (“C.A”).

Os Títulos e Valores Mobiliários sujeitos ao valor justo, seja pela coleta de preços no mercado, seja por modelo de precificação interna, estão sob a influência de vários fatores, dentre eles: taxas de juros, variação cambial, rating e liquidez dos títulos, e cenários políticos, econômicos e sanitários. Todos esses e outros fatores impactam o custo de oportunidade desses ativos, afetando os valores com que são negociados no mercado secundário, ou as taxas de desconto a valor presente utilizadas nas metodologias de precificação interna (precificação pelo fluxo de caixa descontado).

h) Outros Valores e Bens

Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda correspondentes a imóveis, veículos e outros bens (próprios desativados, recebidos em dação de pagamento ou oriundos de execução de garantias). Esses bens são ajustados a valor justo, de acordo com as normas vigentes.

As Despesas Antecipadas referem-se às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviço se darão durante os exercícios seguintes. As despesas antecipadas

Notas Explicativas

são registradas pelo custo e amortizadas à medida da realização dos serviços ou geração dos benefícios.

i) Propriedade para Investimento, Imobilizado e intangível

Propriedade para Investimento: avaliada pelo custo, deduzido da respectiva depreciação.

Imobilizado de Uso: avaliado pelo custo de aquisição, deduzido das perdas decorrentes de redução ao valor recuperável (se houver) e da respectiva depreciação, que está calculada pelo método linear, a partir do momento de disponibilidade do ativo para uso, considerando a vida útil estimada dos bens: Edificações e Instalações – 40 a 60 anos; Móveis e Utensílios – 10 a 45 anos; Máquinas e Equipamentos – 15 a 35 anos; Aeronaves – 20 anos; e Veículos (automóveis, tratores e bicicletas) – 10 a 30 anos. Terrenos não são depreciados. O método de depreciação, a vida útil e os valores residuais são revisados a cada ano.

Intangível: corresponde a ativos não monetários identificáveis, sem substâncias físicas, adquiridos ou desenvolvidos internamente e destinados à manutenção das atividades do Banco.

j) Redução ao Valor Recuperável de Ativos

As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas quando o valor contábil de um ativo excede o seu valor recuperável. Os valores dos ativos não financeiros relevantes e dos ativos financeiros que tem modelo de negócios definido como venda e como coletar fluxos de caixa são revistos, no mínimo, ao fim de cada exercício de relatório, para determinar se há alguma indicação de perda por redução ao valor recuperável.

k) Depósitos e Captações no Mercado Aberto

São reconhecidos pelos valores das exigibilidades, sendo os encargos exigíveis, quando cabíveis, registrados com base no critério pro rata die.

l) Dívidas Subordinadas

Estão registradas pelo custo amortizado, atualizadas pela taxa extramercado, divulgada pelo Bacen, quando os recursos estão disponíveis, e, quando aplicados, pelos encargos pactuados com os mutuários.

m) Ativos Contingentes, Passivos Contingentes e Provisões

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos contingentes e dos passivos contingentes são efetuados de acordo com os critérios definidos no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, recepcionado pela Resolução CMN nº 3.823, de 16.12.2009.

As provisões de natureza cível, fiscal, trabalhista e outras causas são reconhecidas contabilmente quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial, reavaliados por ocasião de movimentações processuais e atualizados monetariamente a cada mês.

A avaliação da provisão e do passivo contingente, grau de risco das novas ações e a reavaliação das já existentes são efetuadas, caso a caso, sendo classificadas de acordo com a probabilidade de perda em provável, possível e remota, exceto nos processos em trâmite nos Juizados Especiais Cíveis, nas Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego e, a partir de maio de 2025, nos processos com estimativa de perda financeira inferior a R\$ 1 milhão, cujas avaliações de provisão são feitas com base na média histórica de perdas.

As contingências classificadas como prováveis, reconhecidas contabilmente, estão representadas por Ações Cíveis (pleitos de indenizações por danos morais e materiais, a exemplo de protestos de títulos e inclusão de informações em cadastros restritivos de crédito, dentre outras), Ações Trabalhistas (que objetivam a recuperação de pretensos direitos trabalhistas, relativamente à legislação específica da categoria profissional, a exemplo de horas extras, equiparação salarial, adicional de transferência, verbas rescisórias, complemento de aposentadoria e outros, bem como autos de infração emanados das Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego), Ações Fiscais e Previdenciárias (a exemplo de processos judiciais e administrativos relacionados a tributos federais e municipais) e Outras Ações (a

Notas Explicativas

exemplo de autos de infração emanados de Conselhos Regionais que regulamentam o exercício de profissões). Para as contingências enquadradas como possíveis e remotas não cabem provisões, conforme disposições legais e regulamentares.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente. Quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível, referido ganho é reconhecido nas demonstrações contábeis porque o ativo relacionado deixa de ser ativo contingente. Os ativos contingentes, para os quais a entrada de benefícios econômicos é provável, têm sua natureza divulgada nas notas explicativas, bem como uma estimativa de seus efeitos financeiros, quando praticável.

n) Benefícios a Empregados

O Banco mantém, para seus empregados, benefícios classificados em curto prazo e pós-emprego. O reconhecimento e mensuração dos benefícios de curto prazo são feitos pelo seu valor original (sem o efeito do desconto a valor presente ou cálculo atuarial), com base no regime de competência mensal.

Os benefícios pós-emprego existentes referem-se a planos de previdência privada, dos tipos “benefício definido” e “contribuição variável”, além de plano de assistência médica e de seguro de vida em grupo, ambos do tipo “benefício definido”.

Para os planos do tipo “benefício definido” e para a parcela dos benefícios não programados do plano de contribuição variável, que possui características de plano de benefício definido, os valores correspondentes ao custo do serviço corrente líquido e juros líquidos sobre o valor líquido do passivo atuarial, incluindo os juros sobre o efeito de limite de ativo de benefício definido, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, enquanto os ganhos e perdas atuariais e o retorno sobre os ativos dos planos, excluindo valores considerados nos juros líquidos, são reconhecidos em “Outros Resultados Abrangentes”, no Patrimônio Líquido. As contribuições referentes à parcela de contribuição definida do plano de contribuição variável são reconhecidas no resultado. Como forma de mitigar as incertezas decorrentes dos cálculos atuariais, o Banco conta com os serviços de consultoria especializada que, periodicamente, efetua a mensuração desses cálculos, que inclui análise de sensibilidade, contemplando a simulação de cenários das premissas consideradas mais relevantes, tais como: taxa de juros, tábua de mortalidade e inflação médica.

o) Tributos

O encargo do Imposto de Renda (IRPJ) é calculado à alíquota de 15% mais adicional de 10% (no que exceder a R\$ 240 mil no exercício) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), à alíquota de 20%, depois de efetuados os ajustes no Lucro Societário, determinados pela legislação fiscal. O Pasep e a Cofins são calculados utilizando-se as alíquotas de 0,65% e 4%, respectivamente. O ISSQN é calculado de acordo com a legislação de cada município, com as alíquotas variando entre 2% e 5%.

A carga tributária total de IRPJ e CSLL é composta da provisão para esses tributos (despesa corrente + passivo fiscal diferido) e do ativo fiscal diferido. A despesa corrente refere-se ao montante efetivamente recolhido ao erário. Os ativos e os passivos fiscais diferidos são tributos diferidos originários de prejuízos fiscais, bases negativas de CSLL, e diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal. As diferenças temporárias decorrem, por exemplo, de: provisões para créditos de liquidação duvidosa, provisões para benefícios pós-emprego, outras provisões contingenciais, ajustes a valor justo etc.

A constituição dos ativos e passivos fiscais diferidos de IRPJ/CSLL é baseada na estimativa de sua realização, conforme estudo técnico elaborado semestralmente, considerando as alíquotas dos tributos vigentes no exercício de realização destes ativos. Os ativos fiscais diferidos são registrados de acordo com a expectativa de geração de resultados futuros, e observam os critérios para constituição, manutenção e baixa, estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.842, de 30.07.2020. No caso dos passivos fiscais diferidos, essa legislação não estabelece limites para constituição e manutenção, haja vista que a sua realização prescinde de lucros futuros.

Os ativos fiscais diferidos e passivos fiscais diferidos são objeto de realização de acordo com a sua origem. Os originados de diferenças temporárias se realizam pela utilização ou reversão das provisões que serviram de base para sua constituição, tendo como principais critérios de realização:

Notas Explicativas

- Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito: a) cronograma de reembolso do crédito; e b) enquadramento em perdas conforme a Lei n.º 14.467, de 16.11.2022;
- Demais provisões: previsão de pagamento (fluxo de contribuições, previsão de desenlace das ações etc.);
- Ajuste a valor justo: vencimento do contrato.

Por sua vez, os ativos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social realizam-se quando da geração de lucros tributáveis, por meio de compensação na base de cálculo dos referidos tributos, respeitando-se o limite de 30% da referida base.

Os tributos correntes e diferidos são reconhecidos na Demonstração do Resultado, exceto quando resultam de transação reconhecida diretamente no Patrimônio Líquido, sendo, nesse caso, o efeito fiscal reconhecido no Patrimônio Líquido (em Outros Resultados Abrangentes).

Em face da Lei nº 14.467, de 16.11.2022, alterada pela Lei nº 15.078, de 27.12.2024, as perdas apuradas em 01.01.2025 relativas aos créditos que se encontravam inadimplidos em 31.12.2024, que não foram deduzidos até essa data nem recuperados, estão sendo excluídas do lucro líquido, na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL, à razão 1/84 (um oitenta e quatro avos), desde janeiro/2026. Em relação às operações de crédito contratadas a partir de 2025, para o cálculo das perdas incorridas no recebimento de crédito, estão sendo aplicados os fatores A e B, nas operações inadimplidas (superiores a 90 dias de atraso), conforme previsto nos art. 2.º e 3.º da Lei nº 14.467.

p) Uso de estimativas

A preparação das Informações Trimestrais (ITR) inclui estimativas e premissas, tais como: a mensuração de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, estimativas do valor de mercado de instrumentos financeiros, provisão para contingências, perdas por redução ao valor recuperável e outras provisões, a exemplo do passivo atuarial com planos de assistência médica, previdência complementar e seguro de vida; e constituição e realização de ativo/passivo fiscal diferido. Os resultados efetivos podem ser diferentes de tais estimativas e premissas.

q) Juros sobre o Capital Próprio (JCP) e Dividendos

Os acionistas têm direito de receber como dividendo mínimo obrigatório, em cada semestre, a importância de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado na forma da Lei, conforme disposto no Estatuto do Banco. Os JCP são imputados ao dividendo mínimo.

r) Resultado por Ação

O lucro por ação básico e o lucro por ação diluído do Banco foram calculados dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas pelo número médio ponderado de ações ordinárias totais. O Banco não tem opção, bônus de subscrição ou seus equivalentes que dão ao seu titular direito de adquirir ações. Assim, o lucro por ação básico e o lucro por ação diluído são iguais.

s) Resultados Recorrentes e Não Recorrentes

Considera-se resultado não recorrente o resultado que: a) não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas do Banco; e b) não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

O resultado não relacionado ou relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição terá sua frequência confirmada quando ocorrer por mais de dois exercícios seguidos.

NOTA 4 - Informações por Segmento

Para fins de gerenciamento, o Banco é organizado em dois segmentos operacionais, baseados em produtos e serviços:

- Carteira Própria – compreende os produtos e serviços de sua própria carteira, tais como: operações de crédito e de mercado, administração de fundos e prestação de outros serviços bancários e de garantias; e
- FNE – compreende as operações de crédito do âmbito do FNE.

Notas Explicativas

A Administração do Banco gerencia os resultados operacionais separadamente para fins de tomada de decisões sobre a alocação de recursos e avaliação de desempenho. A performance de cada segmento é avaliada com base na margem financeira acrescida das tarifas.

Nenhuma receita de transações com um único cliente atingiu 10% ou mais da receita total do Banco, durante os trimestres findos em 31.03.2026 e 31.03.2025.

O quadro a seguir apresenta informações sobre receitas, custos, despesas e margem financeira dos segmentos operacionais. Despesas administrativas, assim como outras despesas não apropriáveis diretamente a cada segmento operacional, são consideradas corporativas e figuram somente na coluna "Total".

Notas Explicativas

Especificação	01.01 a 31.03.2026			01.01 a 31.03.2025		
	Carteira Própria	FNE	Total	Carteira Própria	FNE	Total
a) Receitas	2.174.091	1.725.625	3.899.716	1.959.769	1.469.861	3.429.630
Receitas de Operações de Crédito (Nota 7.c.2.3)	984.372	-	984.372	910.027	-	910.027
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 7.a.1.1)	980.153	610.420	1.590.573	921.498	493.075	1.414.573
Resultado de Operações com Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 7.a.2.3)	(20.326)	-	(20.326)	(155.644)	-	(155.644)
Resultado de Operações de Câmbio	-	-	-	11.634	-	11.634
Resultado de Aplicações Compulsórias	5.019	-	5.019	4.623	-	4.623
Outras Receitas	224.873	1.115.205	1.340.078	267.631	976.786	1.244.417
b) Despesas	(1.032.554)	(1.031.146)	(2.063.700)	(927.222)	(931.041)	(1.858.263)
Despesas de Captação no Mercado (Nota 11.a.2.1)	(712.130)	-	(712.130)	(534.342)	-	(534.342)
Despesas com Operações de Empréstimos e Repasses	(48.187)	(609.666)	(657.853)	(42.269)	(492.136)	(534.405)
Provisão para Risco de Crédito	(272.237)	(421.480)	(693.717)	(350.611)	(438.905)	(789.516)
c) Margem Financeira (a+b)	1.141.537	694.479	1.836.016	1.032.547	538.820	1.571.367
d) Receitas de Prestação de Serviços (Nota 21.a)	189.818	865.420	1.055.238	174.985	731.613	906.598
e) Rendas com Tarifas, Taxas e Comissões (Nota 21.b)	30.717	-	30.717	29.516	-	29.516
f) Pasep e Cofins	(67.338)	(92.134)	(159.472)	(64.992)	(81.273)	(146.265)
g) Resultado após Tarifas e Comissões (c+d+e+f)	1.294.734	1.467.765	2.762.499	1.172.056	1.189.160	2.361.216
h) Despesas Administrativas			(1.476.647)			(1.368.834)
Despesas de Pessoal (Nota 21.c)			(792.686)			(737.713)
Outras Despesas Administrativas (Nota 21.d)			(683.961)			(631.121)
i) Outras Despesas			(283.621)			(173.705)
j) Despesas de Provisões, exceto Crédito			(100.979)			(95.905)
k) Lucro antes da Tributação e Participações (g+h+i+j)			901.252			722.772
l) Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro			(397.902)			(373.200)
m) Participações no Lucro			(15.334)			(8.359)
n) Lucro Líquido (k+l+m)			488.016			341.213

Notas Explicativas

NOTA 5 - Disponibilidades e Caixa e Equivalentes de Caixa

Especificação	31.03.2026	31.12.2025
Disponibilidades em Caixa	138.422	139.729
Disponibilidades em Moeda Estrangeira	23.765	22.623
Total das Disponibilidades	162.187	162.352
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez ⁽¹⁾	4.999.996	2.610.000
Total de Disponibilidades e Caixa e Equivalentes de Caixa	5.162.183	2.772.352

⁽¹⁾ Operações cujo vencimento na data efetiva da aplicação é igual ou inferior a 90 dias.

NOTA 6 - Depósitos no Banco Central

Especificação	31.03.2026	31.12.2025
Depósitos Compulsórios sobre Recursos à Vista	505.021	562.205
Depósitos Compulsórios sobre Poupança	254.937	256.955
Banco Central – Conta de Pagamento Instantâneo	99.229	203.515
Banco Central – Outros Depósitos	172.399	-
Total ⁽¹⁾	1.031.586	1.022.675

⁽¹⁾ Operações cujo vencimento corresponde a até 12 meses.

Notas Explicativas

NOTA 7 – Instrumentos Financeiros

a) Ativos Financeiros ao Valor Justo no Resultado (“VJR”)

a.1) Títulos e Valores Mobiliários (TVM)

Títulos e Valores Mobiliários	31.03.2026						
	Faixa de Vencimento		Vencimento Final	Valor de Custo	Valor Justo	Ajuste a Valor Justo (Resultado)	Nível de Mensuração a Valor Justo
	Até 360 dias	Acima de 360 dias					
Títulos de Renda Fixa	23.176	1.519.284		1.551.618	1.542.460	(9.158)	
Letras Financeiras do Tesouro	-	1.153.616	2030 a 2032	1.152.030	1.153.616	1.586	Nível 1
Notas do Tesouro Nacional	23.176	365.668	2026 a 2060	399.588	388.844	(10.744)	Nível 1
Títulos Dados em Garantia ⁽¹⁾	8.415	386.759		390.098	395.174	5.076	
Ações de Companhias Abertas	8.415	-	Sem Vencimento	3.339	8.415	5.076	Nível 1
Cotas de Fundos	-	386.759	2099	386.759	386.759	-	Nível 3
Total da Categoria	31.591	1.906.043		1.941.716	1.937.634	(4.082)	
Crédito Tributário						15.520	
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 18.d)						(3.741)	
Total do Ajuste a Valor de Mercado						7.697	

⁽¹⁾ Garantias em Processos Judiciais R\$ 395.174.

Notas Explicativas

Títulos e Valores Mobiliários	31.12.2025						
	Faixa de Vencimento		Vencimento Final	Valor de Custo	Valor Justo	Ajuste a Valor Justo (Resultado)	Nível de Mensuração a Valor Justo
	Até 360 dias	Acima de 360 dias					
Títulos de Renda Fixa	22.847	1.073.041		1.102.189	1.095.888	(6.301)	
Letras Financeiras do Tesouro	-	756.357	2030 a 2031	755.042	756.357	1.315	Nível 1
Notas do Tesouro Nacional	22.847	316.684	2026 a 2060	347.147	339.531	(7.616)	Nível 1
Cotas de Fundos de Investimento	-	392.421		392.421	392.421	-	
Vinci Crédito FIC Infra	-	392.421	2099	392.421	392.421	-	Nível 1
Títulos de Renda Variável	64	-		64	64	-	
Ações de Companhias Abertas	64	-	Sem Vencimento	64	64	-	Nível 1
Títulos Dados em Garantia ⁽¹⁾	7.336	-		7.336	7.336	-	
Ações de Companhias Abertas	7.336	-	Sem Vencimento	7.336	7.336	-	Nível 1
Total da Categoria	30.247	1.465.462		1.502.010	1.495.709	(6.301)	
Crédito Tributário						4.450	
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 18.d)						(1.614)	
Total do Ajuste a Valor de Mercado						(3.465)	

⁽¹⁾ Garantias em Processos Judiciais R\$ 7.336.

Notas Explicativas

a.1.1) Resultado com TVM

Especificação	01.01 a 31.03.2026	01.01 a 31.03.2025
Aplicações no Mercado Aberto	99.057	67.315
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	21.930	20.877
Títulos de Renda Fixa	1.469.555	1.323.594
Títulos de Renda Variável	31	2.787
Total	1.590.573	1.414.573

a.2) Instrumentos Financeiros Derivativos (IFD)

a.2.1) IFD classificados como Hedge de Risco de Mercado (Hedge Accounting)

Composição 31.03.2026							
Especificação	Valor Nacional	Valor de Mercado		Valor da Curva		Ajuste a Mercado	
		Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar	Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar	Diferencial Positivo	Diferencial Negativo
Posição Ativa	625.382	49.568	26.689	41.060	19.204	8.508	7.485
Moeda Estrangeira (Euro)	314.382	49.568	-	41.060	-	8.508	-
Moeda Estrangeira (Euro)	311.000	-	26.689	-	19.204	-	7.485
Total	625.382	49.568	26.689	41.060	19.204	8.508	7.485

Composição em 31.12.2025							
Especificação	Valor Nacional	Valor de Mercado		Valor da Curva		Ajuste a Mercado	
		Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar	Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar	Diferencial Positivo	Diferencial Negativo
Posição Ativa	625.382	67.062	13.988	90.200	-	-	37.126
Moeda Estrangeira (Euro)	314.382	67.062	-	76.917	-	-	9.855
Moeda Estrangeira (Euro)	311.000	-	13.988	13.283	-	-	27.271
Total	625.382	67.062	13.988	90.200	-	-	37.126

Especificação	31.03.2026		31.12.2025	
	Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar	Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar
5 a 15 anos	49.568	26.689	67.062	13.988
Total	49.568	26.689	67.062	13.988

Especificação	31.03.2026				Ajuste a Valor de Mercado
	Valor da Curva		Valor de Mercado		
IFD utilizados como Hedge	Ativo Euro	Passivo IPCA	Ativo Euro	Passivo IPCA	
Swap - Moeda Estrangeira – Posição Ativa – EURO	370.282	329.222	352.758	303.190	8.508
Swap - Moeda Estrangeira – Posição Ativa – EURO	307.265	326.469	290.267	316.956	(7.485)
Item Objeto de Hedge ⁽¹⁾	Valor da Curva		Valor de Mercado		Ajuste a Valor de Mercado
Captação de recursos no exterior	675.077		643.025		(32.052)

⁽¹⁾ Líquido do efeito tributário com relação ao Item Objeto de Hedge.

Especificação	31.12.2025				Ajuste a Valor de Mercado
	Valor da Curva		Valor de Mercado		
IFD utilizados como Hedge	Ativo Euro	Passivo IPCA	Ativo Euro	Passivo IPCA	
Swap - Moeda Estrangeira – Posição Ativa – EURO	397.192	320.275	381.133	314.071	(9.855)
Swap - Moeda Estrangeira – Posição Ativa – EURO	330.421	317.137	314.297	328.286	(27.273)

Notas Explicativas

Item Objeto de <i>Hedge</i> ⁽¹⁾	Valor da Curva	Valor de Mercado	Ajuste a Valor de Mercado
Captação de recursos no exterior	717.607	695.431	(22.176)

Considerando o risco da exposição cambial bem como condições de mercado de captações no Exterior junto à Associação Francesa de Desenvolvimento (AFD), o Banco designou Instrumentos Financeiros Derivativos (IFD) (contratos de *swap*) para proteção total (*Hedge* de Risco de Mercado) dos valores dos principais captados e correspondentes juros devidos. Visando equalizar os efeitos da marcação a mercado dos IFD designados como proteção, o Item Objeto de *Hedge* também é ajustado ao valor de mercado.

A variação no valor de mercado dos derivativos designados para proteção e o ajuste a valor de mercado de cada Item Objeto de *Hedge* (registrado como parte do valor contábil da captação) são reconhecidos no resultado do período. Se o instrumento de proteção vence ou é vendido, cancelado ou exercido, ou quando a posição de proteção não se enquadra nas condições de *hedge accounting*, a relação de proteção é terminada.

Os objetivos da gestão de risco dessas operações, bem como a estratégia de proteção de tais riscos durante todo o prazo das operações estão devidamente documentados, como também é documentada a avaliação da efetividade das operações.

As operações com IFD destinadas a cada item objeto de *hedge* foram avaliadas como efetivas na forma da Circular Bacen nº 3.082, de 30.01.2002, com base nos fluxos financeiros (principal e juros) dos Itens Objeto de *Hedge* e dos instrumentos de *hedge* (contratos de *swap*).

a.2.2) Instrumento Financeiro Derivativo originado de contrato de câmbio

Especificação	31.03.2026		31.12.2025	
	Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar	Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar
Contrato de Câmbio – compra de moeda estrangeira	6	4	-	-
Contrato de Câmbio – venda de moeda estrangeira	-	9	-	-
Total	6	13	-	-

a.2.3) Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos (IFD)

Especificação	01.01 a 31.03.2026	01.01 a 31.03.2025
<i>Swap</i>	(20.319)	(155.644)
Contrato de Câmbio	(7)	-
Total	(20.326)	(155.644)

Notas Explicativas

b) Ativos Financeiros ao Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes (“VJORA”)

b.1) Títulos e Valores Mobiliários (TVM)

Títulos Valores Mobiliários	31.03.2026										
	Faixa de Vencimento				Vencimento Final	Valor de Custo	Valor Justo (Contábil)	Ajuste a Valor Justo	Nível de Mensuração a Valor Justo	Perda Esperada	
	Sem Vencimento	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias						Estágio 1	Estágio 2
Títulos de Renda Fixa	-	-	157.600	36.471.957		37.306.949	36.629.557	(677.392)		-	-
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	33.488.576	2027 a 2030	33.350.065	33.488.576	138.511	Nível 1	-	-
Notas do Tesouro Nacional	-	-	157.600	2.981.958	2026 a 2055	3.955.529	3.139.558	(815.971)	Nível 1	-	-
Títulos Públicos Federais – FCVS	-	-	-	1.423	2027	1.355	1.423	68	Nível 2	-	-
Cotas de Fundos de Investimentos	7.228	-	40.179	91.016		138.423	138.423	-		-	-
Fundo Garantidor para Investimentos (FGI)	644	-	-	-	Sem Vencimento	644	644	-	Nível 3	-	-
Cotas Fundo Investimento CRIATEC	-	-	8.052	-	2026	8.052	8.052	-	Nível 3	-	-
Cotas Fundo Investimento CRIATEC II	-	-	-	15.020	2027	15.020	15.020	-	Nível 3	-	-
Cotas Fundo Investimento CRIATEC III	-	-	13.716	-	2026	13.716	13.716	-	Nível 3	-	-
Cotas Fundo Investimento CRIATEC IV	-	-	-	637	2033	637	637	-	Nível 3	-	-
FIP Brasil Agronegócio	-	-	-	10.329	2026	10.329	10.329	-	Nível 3	-	-
Nordeste III FIP	-	-	18.411	-	2026	18.411	18.411	-	Nível 3	-	-
FIP Anjo	-	-	-	12.689	2029	12.689	12.689	-	Nível 3	-	-
Vinci Impacto e Retorno IV Feeder B	-	-	-	1.367	2030	1.367	1.367	-	Nível 3	-	-
Vinci Cred Infra Institucional	-	-	-	50.974	2037	50.974	50.974	-	Nível 3	-	-
Fundo de Investimento Liquidez Câmara B3 Multimercado - FILCB	6.584	-	-	-	Sem Vencimento	6.584	6.584	-	Nível 3	-	-
Títulos Dados em Garantia ⁽¹⁾	-	767.699	-	4.270.793		5.262.010	5.038.492	(223.518)		(3.758)	(25.327)
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	3.851.708	2028 a 2030	3.836.001	3.851.708	15.707	Nível 1	-	-
Debêntures	-	-	-	97.030	2035	336.069	97.030	(239.039)	Nível 3	(2.514)	-
Letras Financeiras	-	767.699	-	-	2026	767.885	767.699	(186)	Nível 3	(1.244)	(25.327)
Cotas de Fundo	-	-	-	322.055	2029 a 2037	322.055	322.055	-	Nível 3	-	-
Total da Categoria	7.228	767.699	197.779	40.833.766		42.707.382	41.806.472	(900.910)		(3.758)	(25.327)
Crédito Tributário (Nota 18.c)								474.941			
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 18.d)								(69.531)			
Total do Ajuste a Valor Justo ⁽²⁾								(495.500)			

⁽¹⁾ Composição: Garantias de Operações em Bolsa R\$ 1.425.324; Garantias em Processos Judiciais R\$ 1.186.785 e Demais Garantias R\$ 2.426.384; e

⁽²⁾ Registrado em “Outros Resultados Abrangentes”.

Notas Explicativas

Títulos Valores Mobiliários	31.12.2025										
	Faixa de Vencimento				Vencimento Final	Valor de Custo	Valor Justo (Contábil)	Ajuste a Valor Justo	Nível de Mensuração a Valor Justo ⁽³⁾	Perda Esperada	
	Sem Vencimento	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias						Estágio 1	Estágio 2
Títulos de Renda Fixa	-	-	155.361	35.354.174		36.172.525	35.509.535	(662.990)		-	-
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	32.372.265	2027 a 2030	32.262.306	32.372.265	109.959	Nível 1	-	-
Notas do Tesouro Nacional	-	-	155.361	2.979.990	2026 a 2055	3.908.379	3.135.351	(773.028)	Nível 1	-	-
Títulos Públicos Federais – FCVS	-	-	-	1.919	2027	1.840	1.919	79	Nível 2	-	-
Cotas de Fundos de Investimentos	6.968	24.091	28.358	46.899		106.316	106.316	-		-	-
Fundo Garantidor para Investimentos (FGI)	606	-	-	-	Sem Vencimento	606	606	-	Nível 3	-	-
Cotas Fundo Investimento CRIATEC	-	-	8.044	-	2026	8.044	8.044	-	Nível 3	-	-
Cotas Fundo Investimento CRIATEC II	-	-	-	14.590	2027	14.590	14.590	-	Nível 3	-	-
Cotas Fundo Investimento CRIATEC III	-	13.742	-	-	2026	13.742	13.742	-	Nível 3	-	-
Cotas Fundo Investimento CRIATEC IV	-	-	-	3.032	2033	3.032	3.032	-	Nível 3	-	-
FIP Brasil Agronegócio	-	10.349	-	-	2026	10.349	10.349	-	Nível 3	-	-
Nordeste III FIP	-	-	20.314	-	2026	20.314	20.314	-	Nível 3	-	-
Vinci Impacto e Retorno IV Feeder B	-	-	-	401	2030	401	401	-	Nível 3	-	-
Vinci Cred Infra Institucional	-	-	-	28.876	2031	28.876	28.876	-	Nível 3	-	-
Fundo de Investimento Liquidez Câmara B3 Multimercado - FILCB	6.362	-	-	-	Sem Vencimento	6.362	6.362	-	Nível 3	-	-
Títulos Dados em Garantia ⁽¹⁾	-	1.144.554	246.071	4.116.659		5.730.780	5.507.284	(223.496)		(4.465)	(25.327)
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	3.694.450	2028 a 2029	3.681.362	3.694.450	13.088	Nível 1	-	-
Debêntures	-	-	-	97.255	2035	335.261	97.255	(238.006)	Nível 3	(2.767)	-
Letras Financeiras	-	1.144.554	246.071	-	2026	1.389.203	1.390.625	1.422	Nível 3	(1.698)	(25.327)
Cotas de Fundo	-	-	-	324.954	2029 a 2037	324.954	324.954	-	Nível 3	-	-
Total da Categoria	6.968	1.168.645	429.790	39.517.732		42.009.621	41.123.135	(886.486)		(4.465)	(25.327)
Crédito Tributário (Nota 18.c)								454.965			
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 18.d)								(56.047)			
Total do Ajuste a Valor Justo ⁽²⁾								(487.568)			

⁽¹⁾ Composição: Garantias de Operações em Bolsa R\$ 1.376.949; Garantias em Processos Judiciais R\$ 1.812.835 e Demais Garantias R\$ 2.317.500; e

⁽²⁾ Registrado em "Outros Resultados Abrangentes".

⁽³⁾ para efeito de comparabilidade, os ativos "cotas de Fundos" e "Debêntures" foram reclassificados, passando de nível 1 para nível 3

Conforme permitido pela legislação vigente, o Banco possui instrumentos patrimoniais de outras entidades classificados em VJORA, a exemplo de cotas de Fundos, como forma de alinhamento à estratégia usual da aquisição desses ativos que, nada obstante buscar uma rentabilidade compatível com seu apetite a risco, atende precipuamente ao cumprimento do papel institucional do Banco de fomento ao desenvolvimento, de modo que o objetivo principal não é gerar retorno pela venda, sendo mais apropriado o reconhecimento de variações de preço no patrimônio líquido.

Notas Explicativas

b.2) Movimentação dos Títulos Mensurados a ("VJORA")

Especificação	Letras Financeiras	Debêntures
Saldo em 31.12.2025	1.363.600	94.489
Vendas/Desbloqueio Judicial	(668.364)	-
Amortização	-	-
Rendas	47.046	808
Cutover TVM – Res.4966 LPA	-	-
Perdas Esperadas/Reversões ⁽¹⁾	454	252
Ajustes a Valor Justo ⁽²⁾	(1.607)	(1.033)
Saldo em 31.03.2026	741.129	94.516

⁽¹⁾ Reconhecidas no Resultado; e

⁽²⁾ Reconhecidos em "Outros Resultados Abrangentes".

c) Ativos Financeiros ao Custo Amortizado ("CA")

c.1) Títulos e Valores Mobiliários e Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Especificação	31.03.2026				
	Faixa de Vencimento		Vencimento final	Valor de Custo (Contábil)	Perda Esperada
	Até 360 dias	Acima de 360 dias			
Títulos de Renda Fixa	-	290.152		290.152	-
Notas do Tesouro Nacional NTN - P	-	290.152	2030	290.152	-
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5.819.320	-		5.819.320	(616)
Aplicações em Operações Compromissadas	4.999.996	-	2026	4.999.996	-
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	819.324	-	2026	819.324	(616)
Aplicações em Moedas Estrangeiras	50.027	-	-	50.027	-
Total da Categoria	5.869.347	290.152		6.159.499	(616)

Especificação	31.12.2025				
	Faixa de Vencimento		Vencimento final	Valor de Custo (Contábil)	Perda Esperada
	Até 360 dias	Acima de 360 dias			
Títulos de Renda Fixa	-	284.627		284.627	-
Notas do Tesouro Nacional NTN - P	-	284.627	2030	284.627	-
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	3.411.371	-		3.411.371	-
Aplicações em Operações Compromissadas	2.610.000	-	2026	2.610.000	-
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	801.371	-	2026	801.371	(663)
Aplicações em Moedas Estrangeiras	18.173	-	-	18.173	-
Total da Categoria	3.429.544	284.627		3.714.171	(663)

c.2) Operações de Crédito

c.2.1) Carteira de Crédito

Especificação	31.03.2026		31.12.2025	
	Valor Bruto	Provisão	Valor Bruto	Provisão
Operações de Crédito	19.092.664	(1.308.890)	19.672.312	(1.110.489)
Outras Rubricas com Características de Crédito	473.051	(152.002)	482.239	(155.328)
Total	19.565.715	(1.460.892)	20.154.551	(1.265.817)

Notas Explicativas

c.2.2) Composição da Carteira de Crédito (líquida de provisão)

Especificação	31.03.2026	31.12.2025
Adiantamentos a Depositantes	1.894	2.505
Empréstimos	9.242.210	10.068.260
Títulos Descontados	300	701
Financiamentos	2.887.112	2.744.526
Financiamentos em Moedas Estrangeiras	21.960	21.235
Financiamentos Agroindustriais	86	85
Financiamentos Rurais	1.621.305	1.709.094
Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento	4.008.907	4.015.417
Total de Operações de Crédito	17.783.774	18.561.823
Avais e Fianças Honradas	1.262	1.262
Títulos e Créditos a Receber	13.895	15.933
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio	305.892	309.716
Total de Outras Rubricas com Características de Crédito	321.049	326.911
Total da Carteira de Créditos	18.104.823	18.888.734

c.2.3) Receitas de Operações de Crédito

Especificação	01.01 a 31.03.2026	01.01 a 31.03.2025
Empréstimos e Títulos Descontados	699.736	594.743
Financiamentos	180.529	147.821
Financiamentos Agroindustriais	1	2
Financiamentos Rurais	68.236	42.366
Outras Operações com Características de Concessão de Crédito	5.349	16.709
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	30.521	108.386
Total	984.372	910.027

c.2.4) Distribuição das Operações por Faixa de Vencimento

Créditos de Curso Normal ⁽¹⁾

Tipo Cliente/Atividade	01 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total em 31.03.2026	Total em 31.12.2025
Rural	141.577	143.689	389.677	619.847	218.973	126.524	1.640.287	1.663.135
Indústria	108.885	103.237	64.236	207.566	494.689	4.868.941	5.847.554	6.207.224
Governo	-	-	-	23.367	-	55.207	78.574	165.189
Outros Serviços	153.967	165.102	166.765	378.022	627.428	2.415.737	3.907.021	4.081.492
Comércio	628.202	556.599	524.730	1.031.159	792.566	1.858.698	5.391.954	6.120.354
Pessoas Físicas	1.795	700	509	813	1.026	3.801	8.644	10.184
Total 31.03.2026	1.034.426	969.327	1.145.917	2.260.774	2.134.682	9.328.908	16.874.034	18.247.578

⁽¹⁾ Incluem os créditos vencidos até 14 dias.

Créditos em Atraso

Tipo Cliente/Atividade	Parcelas Vincendas						Total em 31.03.2026	Total em 31.12.2025
	01 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias		
Rural	18	18	18	4.867	183	14.735	19.839	20.199
Indústria	4.632	4.197	3.901	11.596	23.025	97.135	144.486	113.150
Governo	-	-	-	10.018	-	28.596	38.614	-
Outros Serviços	25.807	22.484	21.027	57.851	102.772	271.411	501.352	428.276
Comércio	75.335	48.376	46.217	98.500	183.549	533.492	985.469	565.717
Pessoas Físicas	190	148	65	381	166	373	1.323	1.358
Total 31.03.2026	105.982	75.223	71.228	183.213	309.695	945.742	1.691.083	1.128.700

Notas Explicativas

Parcelas Vencidas									
Tipo Cliente/Atividade	01 a 14 dias	15 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total em 31.03.2026	Total em 31.12.2025
Rural	5.781	1	3.940	1.716	1.537	23.641	3.584	40.200	80.268
Indústria	170.550	2.557	34.685	2.358	4.357	35.131	3.859	253.497	55.473
Governo	5.842	-	-	-	-	-	-	5.842	-
Outros									
Serviços	17.323	11.895	21.500	17.091	48.577	26.641	179.480	322.507	292.973
Comércio	44.744	30.421	49.776	36.466	84.127	95.202	24.667	365.403	337.911
Pessoas Físicas	1.710	552	1.000	999	2.001	3.678	3.209	13.149	11.648
Total 31.03.2026	245.950	45.426	110.901	58.630	140.599	184.293	214.799	1.000.598	778.273

c.2.5) Concentração de Crédito

Especificação	31.03.2026		31.12.2025	
	Saldo	% da Carteira	Saldo	% da Carteira
10 Maiores devedores	2.140.484	10,94	2.217.950	11,00
50 maiores devedores	5.473.057	27,97	5.592.846	27,75
100 maiores devedores	7.655.339	39,13	7.784.925	38,63

c.2.6) Até 31.03.2026, foram recuperados créditos baixados como prejuízo no montante de R\$ 30.521 (R\$ 108.386 em 31.03.2025). Até 31.03.2026, as renegociações totalizaram R\$ 179.352 (R\$ 28.389 em 31.03.2025) e o saldo total das operações renegociadas corresponde a R\$ 2.106.080 em 31.03.2026 (R\$ 2.069.419 em 31.12.2025).

c.3) Níveis de Risco

A Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito é constituída de acordo com o estágio no qual o instrumento financeiro está alocado, da seguinte forma:

- **primeiro estágio:** a constituição da provisão, considera a probabilidade de o instrumento financeiro ser classificado como Ativo com problema de recuperação de crédito nos próximos 12 meses, ou durante o prazo esperado do instrumento, caso este seja inferior a 12 meses;
- **segundo estágio:** a constituição da provisão leva em conta a probabilidade de o instrumento financeiro ser classificado como Ativo com problema de recuperação de crédito ao longo de todo o prazo esperado do instrumento financeiro; e
- **terceiro estágio:** a constituição da provisão considera que o instrumento financeiro é classificado como um Ativo com problema de recuperação de crédito.

A determinação do nível de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, considera as características dos Ativos Financeiros segregados por carteiras (C1, C2, C3, C4 ou C5).

Notas Explicativas

c.3.1) Classificação dos Ativos Financeiros por Estágio

Ativos Financeiros	31.03.2026			
	Estágios			
	1	2	3	Total
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5.869.347	-	-	5.869.347
Titulos de Dívida	44.772.160	-	25.327	44.797.487
Titulos Públicos Federais	42.984.719	-	-	42.984.719
Titulos Privados de Instituições Financeiras	742.558	-	25.327	767.885
Titulos Privados de Entidades Não Financeiras	1.044.883	-	-	1.044.883
Operações de Crédito	15.933.553	1.231.836	1.927.276	19.092.665
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados	8.211.312	671.993	1.405.292	10.288.597
Financiamentos	2.622.981	302.797	148.159	3.073.937
Financiamentos Rurais	1.479.183	89.871	118.554	1.687.608
Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento	3.620.077	167.175	255.271	4.042.523
Outras Oper. c/ Característica Concess. Cred	297.849	2.570	172.632	473.051
Creditos por Avais e Fiancas Honrados	-	-	12.624	12.624
Adiant. Contrato Cambio c/ Caracter. Concess.	295.964	2.360	41.215	339.539
Titulos com Característica de Concessao de Crédito	1.885	210	118.793	120.888
Total	66.872.909	1.234.406	2.125.235	70.232.550

Ativos Financeiros	31.12.2025			
	Estágios			
	1	2	3	Total
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	3.429.544	-	-	3.429.544
Titulos de Dívida	43.264.794	-	25.327	43.290.121
Titulos Públicos Federais	41.240.703	-	-	41.240.703
Titulos Privados de Instituições Financeiras	1.363.876	-	25.327	1.389.203
Titulos Privados de Entidades Não Financeiras	660.215	-	-	660.215
Operações de Crédito	17.352.550	887.442	1.432.319	19.672.311
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados	9.285.095	562.774	1.131.056	10.978.925
Financiamentos	2.702.939	78.630	140.858	2.922.427
Financiamentos Rurais	1.558.395	153.345	39.152	1.750.892
Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento	3.806.121	92.693	121.253	4.020.067
Outras Oper. c/ Característica Concess. Cred	304.609	7.695	169.936	482.240
Adiant. Contrato Cambio c/ Caracter. Concess.	301.706	7.474	30.651	339.831
Titulos com Característica de Concessao de Crédito	2.903	221	139.285	142.409
Total	64.351.497	895.137	1.627.582	66.874.216

Notas Explicativas

c.4) Classificação dos Ativos Financeiros por Tipo de Carteira

Ativos Financeiros	31.03.2026					Total
	Carteiras					
	C1	C2	C3	C4	C5	
Não Problemáticos	2.140.555	57.201.931	7.165.395	1.380.655	218.778	68.107.314
De 0 A 14 Dias De Atraso	2.087.874	56.989.203	6.808.901	1.378.823	213.686	67.478.487
De 15 A 30 Dias De Atraso	8.087	51.077	245.126	1.199	956	306.445
De 31 A 60 Dias De Atraso	42.176	114.424	71.483	366	2.051	230.500
De 61 A 90 Dias De Atraso	2.418	47.227	39.885	267	2.085	91.882
Problemáticos Adimplidos	47.334	390.039	409.227	15.958	11.529	874.087
De 0 A 90 Dias De Atraso	47.334	390.039	409.227	15.958	11.529	874.087
Problemáticos Inadimplidos	73.782	282.749	818.968	40.964	34.686	1.251.149
Inad.- Menor que 1 Mês	23.070	57.793	46.828	3.862	2.659	134.212
Inad.-Per. Igual ou Maior 1 e Menor Que 2 Meses	13.446	45.395	26.029	121	1.173	86.164
Inad.-Per. Igual ou Maior 2 e Menor Que 3 Meses	5.779	33.396	235.306	435	910	275.826
Inad.-Per. Igual ou Maior 3 e Menor Que 4 Meses	3.705	30.444	24.432	31.132	1.052	90.765
Inad.-Per. Igual ou Maior 4 e Menor Que 5 Meses	-	23.058	42.242	294	959	66.553
Inad.-Per. Igual ou Maior 5 e Menor Que 6 Meses	3.130	15.291	79.638	728	1.303	100.090
Inad.-Per. Igual ou Maior 6 e Menor Que 7 Meses	2.569	11.078	32.240	512	13.750	60.149
Inad.-Per. Igual ou Maior 7 e Menor Que 8 Meses	-	14.678	28.979	72	1.734	45.463
Inad.-Per. Igual ou Maior 8 e Menor Que 9 Meses	4.740	9.125	20.458	214	1.106	35.643
Inad.-Per. Igual ou Maior 9 e Menor Que 10 Meses	-	846	6.236	1.512	968	9.562
Inad.-Per. Igual ou Maior 10 e Menor Que 11 Meses	4.441	4.743	13.588	328	1.538	24.638
Inad.-Per. Igual ou Maior 11 e Menor Que 12 Meses	-	2.872	135.654	513	3.122	142.161
Inad.-Per. Igual ou Maior 12 e Menor Que 13 Meses	2.285	3.687	20.487	198	1.136	27.793
Inad.-Per. Igual ou Maior 13 e Menor Que 14 Meses	-	1.980	14.151	9	473	16.613
Inad.-Per. Igual ou Maior 14 e Menor Que 15 Meses	-	6.177	57.846	409	530	64.962
Inad.-Per. Igual ou Maior 15 e Menor Que 16 Meses	8.081	6.740	34.854	625	2.273	52.573
Inad.-Per. Igual ou Maior 16 e Menor Que 17 Meses	-	2.607	-	-	-	2.607
Inad.-Per. Igual ou Maior 17 e Menor Que 18 Meses	-	1.456	-	-	-	1.456
Inad.-Per. Igual ou Maior 18 e Menor Que 19 Meses	78	1.611	-	-	-	1.689
Inad.-Per. Igual ou Maior 19 e Menor Que 20 Meses	62	4.413	-	-	-	4.475
Inad.-Per. Igual ou Maior 20 e Menor Que 21 Meses	249	2.446	-	-	-	2.695
Inadimplido – Per.Igual ou Maior Que 21 meses	2.147	2.913	-	-	-	5.060
Total	2.261.671	57.874.719	8.393.590	1.437.577	264.993	70.232.550

Notas Explicativas

Ativos Financeiros	31.12.2025					Total
	Carteiras					
	C1	C2	C3	C4	C5	
Não Problemáticos	2.299.351	54.023.649	8.036.391	683.274	203.967	65.246.632
De 0 A 14 Dias De Atraso	2.267.080	53.921.103	7.917.257	676.431	200.738	64.982.609
De 15 A 30 Dias De Atraso	22.392	29.406	58.297	3.425	1.347	114.867
De 31 A 60 Dias De Atraso	9.879	45.336	36.438	570	1.099	93.322
De 61 A 90 Dias De Atraso	-	27.804	24.399	2.848	783	55.834
Problemáticos Adimplidos	49.520	262.778	337.438	8.373	10.215	668.324
De 0 A 90 Dias De Atraso	49.520	262.778	337.438	8.373	10.215	668.324
Problemáticos Inadimplidos	32.622	188.251	667.021	37.707	33.659	959.260
Inad.- Menor que 1 Mês	3.695	33.095	34.403	31.503	1.327	104.023
Inad.-Per. Igual ou Maior 1 e Menor Que 2 Meses	-	26.590	44.008	491	1.061	72.150
Inad.-Per. Igual ou Maior 2 e Menor Que 3 Meses	3.130	22.743	86.826	748	1.409	114.856
Inad.-Per. Igual ou Maior 3 e Menor Que 4 Meses	2.569	23.532	32.305	458	13.818	72.682
Inad.-Per. Igual ou Maior 4 e Menor Que 5 Meses	976	21.594	29.588	66	1.714	53.938
Inad.-Per. Igual ou Maior 5 e Menor Que 6 Meses	4.738	12.530	29.791	200	1.122	48.381
Inad.-Per. Igual ou Maior 6 e Menor Que 7 Meses	-	844	23.965	1.389	971	27.169
Inad.-Per. Igual ou Maior 7 e Menor Que 8 Meses	4.635	8.312	35.229	318	1.592	50.086
Inad.-Per. Igual ou Maior 8 e Menor Que 9 Meses	-	3.963	151.975	454	3.161	159.553
Inad.-Per. Igual ou Maior 9 e Menor Que 10 Meses	2.280	3.680	20.501	199	1.275	27.935
Inad.-Per. Igual ou Maior 10 e Menor Que 11 Meses	-	1.351	14.691	11	874	16.927
Inad.-Per. Igual ou Maior 11 e Menor Que 12 Meses	-	7.401	105.848	396	939	114.584
Inad.-Per. Igual ou Maior 12 e Menor Que 13 Meses	8.065	6.721	27.559	393	1.241	43.979
Inad.-Per. Igual ou Maior 13 e Menor Que 14 Meses	-	2.622	10.621	2	1.372	14.617
Inad.-Per. Igual ou Maior 14 e Menor Que 15 Meses	-	1.455	7.971	82	670	10.178
Inad.-Per. Igual ou Maior 15 e Menor Que 16 Meses	78	1.610	11.740	997	1.113	15.538
Inad.-Per. Igual ou Maior 16 e Menor Que 17 Meses	62	4.415	-	-	-	4.477
Inad.-Per. Igual ou Maior 17 e Menor Que 18 Meses	249	2.445	-	-	-	2.694
Inad.-Per. Igual ou Maior 18 e Menor Que 19 Meses	2.145	1.999	-	-	-	4.144
Inad.-Per. Igual ou Maior 19 e Menor Que 20 Meses	-	1.349	-	-	-	1.349
Inad.-Per. Igual ou Maior 20 e Menor Que 21 Meses	-	-	-	-	-	-
Total	2.381.493	54.474.678	9.040.850	729.354	247.841	66.874.216

Notas Explicativas

c.5) Movimentação, entre estágios, da Provisão sobre Ativos Financeiros

Estágio 1

Ativos Financeiros	01.01.2026	Contratação/ (liquidação)/ variação	Transferência do/(para) estágio 2	Transferência do/(para) estágio 3	Baixas	31.03.2026	31.12.2025
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	-	-	-	-	-	-	-
Títulos de Dívida	5.127	(753)	-	-	-	4.374	5.127
Títulos Públicos Federais	-	-	-	-	-	-	-
Títulos Privados de Instituições Financeiras	2.361	(501)	-	-	-	1.860	2.361
Títulos Privados de Entidades Não Financeiras	2.766	(252)	-	-	-	2.514	2.766
Operações de Crédito	131.277	(28.008)	3.274	2.079	144	108.766	139.029
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados	86.279	(17.520)	1.758	640	-	71.157	92.101
Financiamentos	26.947	(1.958)	-	1.439	144	26.572	28.457
Financiamentos Rurais	13.922	(6.734)	1.516	-	-	8.704	14.142
Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento	4.129	(1.796)	-	-	-	2.333	4.329
Outras Oper. c/ Característica Concess. Cred	2.500	(479)	14	-	-	2.035	2.535
Adiant. Contrato Cambio c/ Caracter. Concess. Cred	2.449	(477)	14	-	-	1.986	2.481
Títulos com Característica de Concessão de Crédito	51	(2)	-	-	-	49	54
Total	138.904	(29.240)	3.288	2.079	144	115.175	146.691

Notas Explicativas

Estágio 2

Ativos Financeiros	01.01.2026	Contratação/ (liquidação)/ variação	Transferência do/(para) estágio 1	Transferência do/(para) estágio 3	Baixas	31.03.2026	31.12.2025
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	-	-	-	-	-	-	-
Títulos de Dívida	-	-	-	-	-	-	-
Títulos Públicos Federais	-	-	-	-	-	-	-
Títulos Privados de Instituições Financeiras	-	-	-	-	-	-	-
Títulos Privados de Entidades Não Financeiras	-	-	-	-	-	-	-
Operações de Crédito	26.899	11.454	6.224	2.563	-	47.140	43.900
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados	21.488	5.018	4.624	1.564	-	32.694	31.196
Financiamentos	4.348	6.521	1.379	999	-	13.247	7.752
Financiamentos Rurais	1.063	(335)	217	-	-	945	4.952
Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento	-	250	4	-	-	254	-
Outras Oper. c/ Característica Concess. Cred	20	19	5	1	-	45	56
Adiant. Contrato Cambio c/ Caracter. Concess. Cred	18	15	4	-	-	37	47
Títulos com Característica de Concessão de Crédito	2	4	1	1	-	8	9
Total	26.919	11.473	6.229	2.564	-	47.185	43.956

Notas Explicativas

Estágio 3

Ativos Financeiros	01.01.2026	Contratação/ (liquidação)/ variação	Transferência do/(para) estágio 1	Transferência do/(para) estágio 2	Baixas	31.03.2026	31.12.2025
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	-	-	-	-	-	-	-
Títulos de Dívida	25.327	-	-	-	-	25.327	25.327
Títulos Públicos Federais	-	-	-	-	-	-	-
Títulos Privados de Instituições Financeiras	25.327	-	-	-	-	25.327	25.327
Títulos Privados de Entidades Não Financeiras	-	-	-	-	-	-	-
Operações de Crédito	924.206	143.319	1.536	12.288	71.635	1.152.984	927.553
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados	781.958	87.125	1.201	7.950	62.107	940.341	784.163
Financiamentos	119.226	(5.879)	134	1.965	9.515	124.961	120.369
Financiamentos Rurais	22.702	31.561	5	2.373	13	56.654	22.701
Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento	320	30.512	196	-	-	31.028	320
Outras Oper. c/ Característica Concess. Cred	152.734	(3.009)	30	22	141	149.918	152.734
Adiant. Contrato Cambio c/ Caracter. Concess. Cred	27.586	3.993	28	15	-	31.622	27.585
Creditos por Avais e Fianças Honrados	11.362	-	-	-	-	11.362	11.362
Títulos com Característica de Concessão de Crédito	113.786	(7.002)	2	7	141	106.934	113.787
Total	1.102.267	140.310	1.566	12.310	71.776	1.328.229	1.105.614

Notas Explicativas

c.6) Movimentação da Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco da Carteira de Crédito

Especificação	31.03.2026	31.12.2025
Saldo Inicial da Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	1.265.817	588.558
Efeito da Adoção Inicial da Resolução CMN nº 4.966	-	62.258
(+) Constituição de Provisão no Período	441.470	948.320
(-) Reversão	(169.228)	(79.489)
(-) Créditos Baixados como Prejuízo	(77.167)	(253.830)
(=) Saldo Final da Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	1.460.892	1.265.817

c.7) Composição do Saldo da Despesa de Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

Especificação	01.01 a 31.03.2026	01.01 a 31.03.2025
(+) Provisão sobre Operações de Crédito	386.072	247.449
(+) Provisão sobre Outras Operações com Características de Concessão de Crédito	15.793	60.603
(+) Provisão sobre Compromissos de Créditos e Créditos a Liberar	8.774	113.862
(+) Provisão sobre TVM	30.489	75
(+) Provisão sobre Outros Ativos Financeiros	342	-
(-) Reversão de Provisão sobre Operações de Crédito	(106.086)	(68.321)
(-) Reversão de Provisão sobre Outras Operações com Características de Concessão de Crédito	(18.941)	(2.022)
(-) Reversão de Provisão sobre Operações com TVM	(31.347)	(1.035)
(-) Reversão de Provisão sobre Compromissos de Créditos e Créditos a Liberar	(12.854)	-
(=) Saldo da Despesa de Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de	272.242	350.611

Nota 8 - Outros Ativos Financeiros

Especificação	Vencimento até 360 dias	Vencimento acima de 360 dias	31.03.2026	31.12.2025
Relações Interfinanceiras	47.745	13.556	61.301	15.978
Pagamento e Recebimentos a Liquidar	47.739	-	47.739	70
Correspondentes	6	-	6	2.625
SFH – Sistema Financeiro de Habitação		15.152	15.152	14.879
(Provisão para Perdas - SFH)		(1.596)	(1.596)	(1.596)
Transações de Pagamento	40.931	-	40.931	42.514
(Provisão para Perdas - Transações de Pagamento)	(567)	-	(567)	(477)
Total	88.109	13.556	101.665	58.015

Nota 9 - Outros Ativos Não Financeiros

Especificação	Vencimento até 360 dias	Vencimento acima de 360 dias	31.03.2026	31.12.2025
Outros Ativos	1.398.219	73.265	1.471.484	1.309.065
Rendas a Receber	53.733	-	53.733	50.319
Devedores por Depósitos em Garantia	661.431	-	661.431	654.293
Impostos e Contribuições a Compensar	17.901	-	17.901	19.744
Opções por Incentivos Fiscais	-	19.630	19.630	19.630
Adiantamentos ao FGC	13.692	53.635	67.327	-
Adiantamentos e Antecipações Salariais	69.911	-	69.911	26.468
Pagamentos a Ressarcir	9.024	-	9.024	4.169
Valores a Receber Bônus Rebate	28.244	-	28.244	28.227
Devedores Diversos no País	139.485	-	139.485	168.242
Adiantamentos para Pagamentos de nossa conta da Instituição	144.205	-	144.205	156.699
Participações Pagas Antecipadamente	-	-	-	113.126
Valores A Receber Em Operações Subsid. ou Subvenc.	1.490	-	1.490	-
Outros Valores	259.103	-	259.103	68.148
Provisão para Outros Créditos de Liquidação	-	(19.474)	(19.474)	(19.325)
Total	1.398.219	53.791	1.452.010	1.289.740

Notas Explicativas

NOTA 10 – Propriedade para Investimento, Imobilizado e Intangível

a) Propriedade para Investimento

Especificação	31.12.2025	31.03.2026		
	Saldo Contábil	Custo	Depreciação	Saldo Contábil
Imóvel	441	793	(443)	350

b) Imobilizado

Especificação	31.12.2025	01.01 a 31.03.2026			31.03.2026		
	Saldo Contábil	Movimentações			Custo	Depreciação Acumulada	Saldo Contábil
		Adições	Baixas	Depreciação			
Edificações	130.882	3.038	-	(687)	323.258	(190.025)	133.233
Sistema de Processamento de Dados	151.467	47.762	(329)	(4.524)	321.427	(127.051)	194.376
Móveis e Equipamentos de Uso	42.995	1.420	(190)	(1.096)	104.377	(61.248)	43.129
Terrenos	16.759	-	-	-	16.759	-	16.759
Instalações	5.268	68	(12)	(27)	17.641	(12.344)	5.297
Equipamentos de Comunicação	207	14	(12)	(5)	421	(217)	204
Equipamentos de Segurança	18.759	1.180	(117)	(167)	20.618	(963)	19.655
Equipamentos de Transporte	16	-	-	-	14.328	(14.312)	16
Bens Artísticos e Valiosos	1.275	-	-	-	1.275	-	1.275
Direitos de Uso	2.555	2.523	-	(411)	5.723	(1.056)	4.667
Total	370.183	56.005	(660)	(6.917)	825.827	(407.216)	418.611

c) Intangível

Especificação	31.12.2025	01.01 a 31.03.2026			31.03.2026		
	Saldo Contábil	Movimentações			Custo	Amortização Acumulada	Saldo Contábil
		Adições	Baixas	Amortização			
Licença de Software	160.656	80.254	-	(5.977)	261.403	(26.470)	234.933
Desenvolvimento de Software	196.067	(18.185)	-	(4.958)	197.792	(24.868)	172.924
Total	356.723	62.069	-	(10.935)	459.195	(51.338)	407.857

Notas Explicativas

Nota 11 – Passivos Financeiros

a) Ao Custo Amortizado

a.1) Distribuição dos Depósitos, Recursos por Emissões de Letras, Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital Complementar e Dívidas Subordinadas, por Faixa de Vencimento

Especificação	0 a 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Acima de 15 anos	Total em 31.03.2026	Total em 31.12.2025
Depósitos à Vista	2.957.091	-	-	-	-	-	2.957.091	3.241.066
Depósitos de Poupança	1.278.607	-	-	-	-	-	1.278.607	1.288.692
Depósitos Interfinanceiros	614.766	373.667	-	-	-	-	988.433	1.079.194
Depósitos a Prazo	496.108	1.237.537	3.872.314	1.932.990	778.920	458.521	8.776.390	8.956.429
Depósitos a Prazo	234.989	1.237.537	2.259.904	1.630.040	475.970	458.521	6.296.961	6.779.717
Depósitos Judiciais com Remuneração	207.529	-	-	-	-	-	207.529	205.288
Finor/Disponibilidades	-	-	703.560	-	-	-	703.560	683.149
Finor/Reinvestimentos	-	-	908.850	302.950	302.950	-	1.514.750	1.231.159
Outros	53.590	-	-	-	-	-	53.590	57.116
Recursos por Emissões de Letras (Nota 11.a.5)	85.965	585.556	-	-	-	-	671.521	534.073
Obrigações por Emissão de Letras Financeiras – encargos	-	49.883	-	-	-	-	49.883	17.535
Obrigações por Emissão de Letras de Crédito (LCA) ⁽¹⁾	85.965	535.673	-	-	-	-	621.638	516.538
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital Complementar (Nota 11.a.5)	-	-	-	-	-	790.489	790.489	790.489
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital (Nota 11.a.5)	-	-	-	-	-	4.033.038	4.033.038	3.953.830
Total	5.432.537	2.196.760	3.872.314	1.932.990	778.920	5.282.048	19.495.569	19.843.773

⁽¹⁾ Título com prazo médio de 220 dias, sendo a taxa de atualização média de 90% do CDI a.a. pro rata até o vencimento.

Notas Explicativas

a.2) Captação no Mercado Aberto

Especificação	Vencimento até 360 dias	31.03.2026	31.12.2025
Carteira Própria	5.391.779	5.391.779	4.718.865
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	5.391.779	5.391.779	4.718.865
Total	5.391.779	5.391.779	4.718.865

a.2.1) Despesa de Captação no Mercado

Especificação	01.01 a 31.03.2026	01.01 a 31.03.2025
Despesas de Captação	(544.576)	(365.046)
Depósitos a Prazo	(216.801)	(197.097)
Depósitos de Poupança	(24.880)	(22.580)
Depósitos Judiciais	(3.973)	(3.690)
Depósitos Interfinanceiros	(31.887)	(37.144)
Depósitos Especiais	(66.549)	(96.498)
Despesas Elegíveis a Capital	(111.557)	-
Outros Depósitos	(88.929)	(8.037)
Despesas de Captação no Mercado Aberto	(167.554)	(169.296)
Carteira Própria	(167.554)	(141.193)
Letras Financeiras	-	(28.103)
Total	(712.130)	(534.342)

a.3) Obrigações por Empréstimos e Repasses por Faixa de Vencimento

Especificação	0 a 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Acima de 15 anos	Total em 31.03.2026	Total em 31.12.2025
Obrigações por Empréstimos	119.059	247.142	-	-	-	-	366.201	333.829
Obrigações por Repasses do País	46.579	151.403	415.631	332.441	275.312	82.377	1.303.743	1.144.578
Obrigações por Repasses do Exterior	13.790	68.647	158.286	165.322	339.922	-	745.967	842.064
Total	179.428	467.192	573.917	497.763	615.234	82.377	2.415.911	2.320.471

a.3.1) Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais

Especificação	Taxa de atualização % a.a.	31.03.2026	31.12.2025
Tesouro Nacional	IGP-DI + 2,00	762	765
BNDDES		576.506	482.384
Programa de Operações Conjuntas (POC)	Pré 6,96 a 9,85 TLP + 1,30 TJLP + 0,90 a 1,00	467.345	478.831
Fundo Garantidor para Investimentos (FGI)	Sem remuneração	3.185	3.553
Programas FUN CLIMA	Pré 7,99	105.976	-
FINAME	SELIC + 0,95 a 1,13 TLP + 1,13 a 1,34	480.892	446.113
Finep	TR + 1,20 a 3,00	83.360	74.162
Fungetur	Selic INPC	162.223	141.154
Total		1.303.743	1.144.578

Notas Explicativas

a.3.2) Obrigações por Empréstimos

Especificação	Taxa de atualização % a.a.	31.03.2026	31.12.2025
Empréstimos no Exterior/Obrigações em Moedas Estrangeiras	USD + SOFR + 0,75 a 2,00	366.201	333.829
Total		366.201	333.829

a.3.3) Obrigações por Repasses do Exterior

Especificação	Taxa de atualização % a.a.	31.03.2026	31.12.2025
BID – Prodetur II	USD + SOFR + 1,21	102.942	146.633
AFD – Agência Francesa de Desenvolvimento ⁽¹⁾	EUR + 5,44 EUR + 4,41	675.077	717.607
Ajuste Hedge de Valor Justo		(32.052)	(22.176)
Total		745.967	842.064

⁽¹⁾ Captações realizadas em novembro de 2023 e dezembro de 2024 com vencimento em abril de 2035, possuem amortizações semestrais, estando na carência de principal até outubro de 2027.

a.3.4) Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses

Especificação	01.01 a 31.03.2026	01.01 a 31.03.2025
Despesas de Obrigações por Repasses	(40.796)	(42.171)
Obrigações por Repasse Instituições Oficiais no País	(27.471)	(17.138)
Tesouro Nacional	(2)	(14)
BNDES	(11.899)	(12.747)
Finame	(14.749)	(4.250)
Finep	(821)	(127)
Despesas de Repasses do Exterior	(13.325)	(25.033)
Despesas de Obrigações com Banqueiros no Exterior	(3.530)	(5.474)
Despesas por Repasse Outras Instituições Financeiras	(1.867)	(1.684)
Total	(46.193)	(49.329)

a.4) Arrendamentos

O Banco, na qualidade de arrendatário, possui contratos de aluguel de imóveis, utilizados em suas atividades de operações administrativas e bancárias. Esses contratos possuem opções de renovação e cláusulas de reajuste anual do preço de locação.

Especificação	31.03.2026	31.12.2025
Direitos de Uso em Arrendamento	4.664	2.611

a.5) Outros Instrumentos de Dívida

Especificação	Vencimento até 12 meses	Vencimento acima de 12 meses	31.03.2026	31.12.2025
Recursos por Emissões de Letras	671.521	-	671.521	534.073
Instrumentos de Dívidas Elegíveis a Capital Complementar	-	790.489	790.489	790.489
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital	-	4.033.038	4.033.038	3.953.830
Total	671.521	4.823.527	5.495.048	5.278.392

a.6) Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento

Especificação	Vencimento até 12 meses	Vencimento acima de 12 meses	31.03.2026	31.12.2025
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	1.744.872	18.274.905	20.019.777	17.801.411
FNE	1.590.847	17.294.258	18.885.105	16.653.813
FDNE	63.822	646.194	710.016	659.617
Fundo da Marinha Mercante (FMM)	16.751	13.399	30.150	34.971
Finep/Fundeci	44.320	35.792	80.112	83.094
Projeto Piloto de Apoio à Reforma Agrária	-	75.080	75.080	72.604
Programa Nacional de Crédito Fundiário	-	187.979	187.979	238.529
Banco da Terra	-	21.822	21.822	20.802
Outros	29132	381	29.513	37.981
Total	1.744.872	18.274.905	20.019.777	17.801.411

Notas Explicativas

a.7) Despesas de Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento

Especificação	01.01 a 31.03.2026	01.01 a 31.03.2025
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	(611.660)	(485.076)
FNE	(593.659)	(472.180)
FDNE	(6.250)	(4.290)
Fundo da Marinha Mercante (FMM)	(341)	(439)
Projeto Piloto de Apoio à Reforma Agrária	(2.477)	(1.905)
Programa Nacional de Crédito Fundiário	(5.594)	(3.844)
Banco da Terra	(1.260)	(1.045)
Outros	(2.079)	(1.373)
Total	(611.660)	(485.076)

a.8) PR Nível I - Capital Complementar

Letras Financeiras Subordinadas captadas em junho de 2019, que compõem o PR Nível I, a título de Capital Complementar, conforme autorização do Bacen:

Especificação	Valor Emitido	Remuneração	Data de Captação	31.03.2026	31.12.2025
Letras Financeiras ⁽¹⁾ ⁽²⁾	801.040	117% da Selic	06.2019	790.489	790.489

(1) Juros pagos semestralmente; e
(2) Títulos sem Vencimento.

a.9) PR Nível II

Dívidas Subordinadas constituídas por duas operações de captações com o FNE nos montantes originais de R\$ 600.000 e R\$ 400.000, em 20.07.2009 e 01.03.2010, respectivamente, sem vencimento.

Especificação	31.03.2026	31.12.2025
Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)	4.033.038	3.953.830
Recursos disponíveis	540.683	453.604
Recursos aplicados	3.492.355	3.500.226
Total	4.033.038	3.953.830

Nota 12 – Fundos Financeiros e de Desenvolvimento

a) Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)

O Patrimônio Líquido do FNE, no montante de R\$ 184.449.183 (R\$ 178.919.800 em 31.12.2025), está registrado em conta de compensação do Banco, denominada “Patrimônio de Fundos Públicos Administrados/FNE”.

As disponibilidades e os recursos comprometidos com operações de crédito, que representam as disponibilidades do FNE, no valor total de R\$ 18.872.997 (R\$ 16.642.113 em 31.12.2025), registrados no título “Outros Instrumentos Financeiros/Fundos Financeiros e de Desenvolvimento” são remunerados pela variação da taxa Selic. Até o 1º trimestre de 2026, a despesa do Banco com a remuneração dessas disponibilidades ao FNE foi de R\$ 593.659 (R\$ 472.180 até 31.03.2025).

Até o 1º trimestre de 2026, a receita do Banco com *del credere* sobre operações contratadas pelo FNE foi de R\$ 1.070.904 (R\$ 976.214 até 31.03.2025). Para as operações contratadas a partir de 01.01.2022, inclusive as com base no Artigo 9º-A da Lei nº 7.827, o *del credere* corresponde a taxas que variam de 6% a.a. a 4,5% a.a., nos financiamentos com risco integral para o Banco, e de 3% a.a. a 2,25% a.a., nas operações com risco compartilhado, conforme o porte do beneficiário. Nas operações reclassificadas para o FNE com base na Lei nº 11.775, de 17.09.2008, o *del credere* é de 3% a.a. ou de 6% a.a.

Até o 1º trimestre de 2026, a taxa de administração foi de R\$ 543.605 (R\$ 491.079 até 31.03.2025), calculada à base de 1,5% a.a., sobre o Patrimônio Líquido e apropriada mensalmente pelo Banco.

Até o 1º trimestre de 2026, a remuneração paga ao Banco em razão das disponibilidades do FNE totalizou R\$ 3.976 (R\$ 3.606 até 31.03.2025) calculada à taxa de 0,09% (nove centésimos por cento) ao ano.

Até o 1º trimestre de 2026, as renegociações decorrentes de operações contratadas pelo FNE totalizaram R\$ 656.936 (R\$ 566.015 até 31.03.2025) e o saldo das operações renegociadas corresponde a R\$ 33.902.556 em 31.03.2026 (R\$ 34.318.377 em 31.12.2025).

Notas Explicativas

b) Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE)

O FDNE, criado pela Medida Provisória nº 2.156-5, de 24 de agosto de 2001, tem por finalidade assegurar recursos para investimentos na área de atuação da SUDENE, em infraestrutura e serviços públicos e em empreendimentos produtivos de grande capacidade germinativa de novos negócios e atividades produtivas.

O Banco é o agente operador exclusivo na modalidade de financiamentos por meio de emissão de debêntures e operador preferencial para contratação de operações de crédito por repasse.

Constituem recursos do FDNE:

- I. recursos do Tesouro Nacional correspondentes às dotações que lhe foram consignadas no orçamento anual;
- II. resultados de aplicações financeiras à sua conta;
- III. produto da alienação de valores mobiliários, dividendos de ações e outros a ele vinculados;
- IV. transferências financeiras de outros fundos destinados ao apoio de programas e projetos de desenvolvimento regional que contemplam a área de atuação da SUDENE;
- V. a reversão dos saldos anuais não aplicados;
- VI. o produto do retorno das operações de financiamentos concedidos, incluídos o principal, juros e demais encargos financeiros, descontada a parcela que corresponder à remuneração do agente operador, conforme dispuser o Conselho Monetário Nacional; e
- VII. outros recursos previstos em lei.

Os quadros a seguir demonstram a remuneração do Banco, na qualidade de Operador do FDNE, a despesa de provisão constituída sobre as garantias financeiras prestadas e os saldos das operações contratadas:

Receita com *Del Credere* e Despesa de Provisão

Especificação	01.01 a 31.03.2026	01.01 a 31.03.2025
Receita de <i>Del Credere</i>	2.322	3.144
Despesa de Provisão	(134)	(3.163)

Saldos das Operações Contratadas

Especificação	31.03.2026	31.12.2025
FDNE – Debêntures	6.309.559	5.904.728
FDNE - Repasse	629.136	590.077

Nota 13 - Rendas Antecipadas

Receita decorrente do contrato de parceria comercial estratégica, firmado com a Icatu Seguros em maio de 2020, com exclusividade para desenvolvimento e comercialização de Seguros, nos ramos de seguros de Pessoas, Prestamista e produtos para Previdência Privada, na rede de distribuição do Banco.

Saldo Inicial de Rendas Antecipadas	200.000	200.000
(-) Apropriação em Receita corrente ao longo dos exercícios	-58.898	-56.398
(=) Saldo Final a Apropriar	141.102	143.602
com vencimento até 360 dias	10.000	10.000
com vencimento acima de 360 dias	131.102	133.602

Notas Explicativas

Nota 14 – Provisão para Garantias Financeiras Prestadas

a) Composição do Saldo Exposto ao Risco e da Provisão para Garantias Financeiras Prestadas

Especificação	31.03.2026				31.12.2025	
	Saldo Exposto		Provisão		Saldo Exposto	Provisão
	Vencimento até 12 meses	Vencimento acima de 12 meses	Vencimento até 12 meses	Vencimento acima de 12 meses		
Setor Público	2.135.580	70.215.579	63.377	4.215.913	71.182.767	4.019.137
FNE	2.135.580	70.060.928	63.377	4.213.982	71.038.179	4.017.126
FDNE	-	154.651	-	1.931	144.588	2.011
Total	2.135.580	70.215.579	63.377	4.215.913	71.182.767	4.019.137

a.1) Movimentação das Provisões para Garantias Financeiras Prestadas

Especificação	31.03.2026				
	31.12.2025	Constituição	Reversão	Baixa	31.03.2026
FNE	4.017.126	567.828	(146.348)	(161.247)	4.277.359
FDNE	2.011	171	(176)	(75)	1.931
(=) Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	4.019.137	567.999	(146.524)	(161.322)	4.279.290

a.2) a provisão para fazer face ao risco nas operações contratadas ao amparo do FNE é constituída obedecendo aos seguintes critérios:

a.2.1) nas operações contratadas até 30.11.1998, o Banco é isento de risco;

a.2.2) para as operações contratadas a partir de 01.12.1998, excluindo-se as operações no âmbito do Pronaf (Grupos A, A/Microcrédito, B, A/C, Floresta, Semiárido, Emergencial, Enchentes, Estiagem/98, Semiárido-Seca 2012 e Seca-2012-Custeio), o risco do Banco é de 50% do valor calculado na forma da Resolução CMN nº 4.966; e

a.2.3) o risco do Banco é integral sobre as operações de crédito renegociadas e reclassificadas para o FNE, com base na Lei nº 11.775, de 17.09.2008, bem como sobre operações registradas em Devedores por Repasses do Fundo, de acordo com a Portaria do Ministério da Integração nº 147, de 05.04.2018. Nos financiamentos contratados com recursos do FNE, com base nas Leis nºs 12.716, de 21.09.2012 e 12.844, de 19.07.2013, destinados à liquidação de operações do Banco com outras fontes

a.2.4) em observância ao Inciso "V", do Art. 9º, da Resolução CMN 4.966, as garantias financeiras prestadas pelo Banco, após o reconhecimento inicial, são mensuradas pelo valor das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito por ser maior que o valor justo no reconhecimento inicial menos o valor acumulado da receita reconhecida.

NOTA 15 - Provisão para Perdas Esperadas com Compromissos de Créditos e Créditos a Liberar

Composição do Saldo Exposto e da Provisão sobre Compromissos de Créditos e Créditos a Liberar				
Compromissos de Créditos	31.03.2026		31.12.2025	
	Saldo Exposto	Provisão	Saldo Exposto	Provisão
Pessoa Jurídica	406.490	9.514	224.041	2.214
Pessoa Física	217.469	2.380	434.000	10.162
Créditos a Liberar	Saldo Exposto	Provisão	Saldo Exposto	Provisão
Pessoa Jurídica	785.420	8.774	32.729	454
Pessoa Física	29.305	216	1.053.665	12.059
Total	1.438.684	20.884	1.744.435	24.889

Notas Explicativas

NOTA 16 - Ativos Contingentes, Passivos Contingentes e Provisões

- a) Os Ativos Contingentes não são reconhecidos contabilmente. Contudo, existem três processos em curso cuja perspectiva de êxito é provável: o primeiro, de R\$ 29.319, que se trata de uma ação judicial para cobrança de indenização securitária; o segundo que se trata de indenização por danos materiais de R\$ 19.000 e o terceiro de R\$ 8.436, que se trata de ação anulatória de decisão administrativa e restituição de indébito.
- b) O Banco é parte em diversos processos de ordem cível, fiscal e trabalhista, e outros que se encontram em andamento nas esferas administrativa e judicial. A Administração do Banco entende que as provisões constituídas são suficientes para atender a probabilidade de perdas decorrentes dos respectivos processos judiciais e administrativos, conforme quadro a seguir:

Especificação	31.03.2026		31.12.2025	
	Valor da Base	Provisão	Valor da Base	Provisão
b.1) Fiscais	10.385.729	36.639	9.820.923	38.445
Provável (Nota 16 g.i)	36.639	36.639	38.445	38.445
Possível	10.349.090	-	9.782.478	-
b.2) Trabalhistas	510.375	422.009	491.320	403.981
Provável (Nota 16 g.ii)	422.009	422.009	403.981	403.981
Possível	88.366	-	87.339	-
b.3) Causas Cíveis	4.785.971	782.471	4.534.510	723.536
Provável (Nota 16 g.iii)	782.471	782.471	723.536	723.536
Possível	4.003.500	-	3.810.974	-
b.4) Outras Contingências (Nota 16 g.iv)	413.616	17.173	399.575	16.634
i) Operações Securitizadas	443	443	444	444
ii) Outras	413.173	16.730	399.131	16.190
Provável	16.730	16.730	16.190	16.190
Possível	396.443	-	382.941	-

c) O Banco tem causas patrocinadas por advogados e sociedades de advogados contratados referentes, em sua maioria, a ações de cobrança de dívidas oriundas de operações de crédito, cuja avaliação da provisão e do passivo contingente é realizada pela área jurídica do Banco.

d) A seguir uma breve descrição dos processos envolvendo os passivos contingentes mais relevantes, em que o Banco é parte, classificados como risco de perda possível:

Fiscal

O montante de contingência passiva relacionada às causas fiscais está concentrado em 06 (seis) ações originárias de autos de infração lavrados pelas Fazendas Públicas Municipais, visando à cobrança de tributos. As estimativas de perdas financeiras somadas perfazem R\$ 9.318.925 em 31.03.2026 (R\$ 8.806.843, em 31.12.2025).

Outras Causas

O montante de contingência passiva relacionada às outras causas está concentrado em 01 (um) processo administrativo relacionado ao pedido de pagamento de multa/custos financeiros, para o qual a estimativa de valor perfaz, R\$ 341.555 em 31.03.2026 (R\$ 329.880 em 31.12.2025).

Cível

Processo no qual a parte adversa busca ressarcimento de natureza material, com os pedidos de pagamento de indenização e de honorários advocatícios, argumentando possível privação de lucros e danos patrimoniais. A estimativa de valor perfaz R\$ 1.432.521 em 31.03.2026 (R\$ 1.374.548 em 31.12.2025).

Ação monitória em que se discute pagamento de honorários advocatícios baseada em decisão judicial. A estimativa de valor perfaz, em 31.03.2026, R\$ 274.625, sendo R\$ 267.218 classificado como risco possível e R\$ 7.407 como risco provável (R\$ 263.511, sendo R\$ 256.404 classificado como risco

Notas Explicativas

possível e R\$ 7.107 como risco provável em 31.12.2025).

Ação indenizatória que visa pagamento de lucro cessante, pagamento de honorários advocatícios, multa e danos morais, alegando suposta ausência de prestação de assistência técnica. A estimativa de valor perfaz, em 31.03.2026, R\$ 181.355, sendo R\$ 169.324 classificado como risco possível e R\$ 12.030 como risco provável (R\$ 174.015, sendo R\$ 162.472 classificado como risco possível e R\$ 11.543 como risco provável em 31.12.2025).

Ação declaratória que tem como pedidos pagamento de repetição de indébito, pagamento de multa e honorários advocatícios baseados em suposta não liberação de recursos. A estimativa de valor perfaz R\$ 159.118 em 31.03.2026 (R\$ 152.678 em 31.12.2025).

e) Os Depósitos Judiciais e Recursais em garantia de processos judiciais e administrativos estão assim representados:

Especificação	31.03.2026	31.12.2025
Demandas Trabalhistas	365.463	352.386
Demandas Fiscais	61.536	60.665
Demandas Cíveis	196.308	199.576
Outras Demandas	338	354
Contragarantia Operações Repasses BID	37.786	41.312
Total	661.431	654.293

Movimentação das Provisões

f) Fiscais, Trabalhistas, Cíveis e Outras

Especificação	31.03.2026				
	Saldo inicial	Constituição	Reversão	Pagamento	Saldo Final
i) Fiscais (Nota 16.b.1)	38.445	1.970	(3.772)	(4)	36.639
ii) Trabalhistas (Nota 16.b.2)	403.981	32.179	(6.897)	(7.254)	422.009
iii) Cíveis (Nota 16.b.3)	723.536	97.925	(20.963)	(18.027)	782.471
iv) Outras (Nota 16.b.4)	16.634	568	(29)	-	17.173
Total	1.182.596	132.642	(31.661)	(25.285)	1.258.292

Especificação	31.12.2025				
	Saldo inicial	Constituição	Reversão	Pagamento	Saldo Final
i) Fiscais (Nota 16.b.1)	36.596	26.806	(9.173)	(15.784)	38.445
ii) Trabalhistas (Nota 16.b.2)	405.488	261.185	(133.401)	(129.291)	403.981
iii) Cíveis (Nota 16.b.3)	606.697	396.220	(191.405)	(87.976)	723.536
iv) Outras (Nota 16.b.4)	16.112	2.677	(2.056)	(99)	16.634
Total	1.064.893	686.888	(336.035)	(233.150)	1.182.596

NOTA 17 - Benefícios Pós-Emprego

Na forma preconizada na Resolução CMN nº 4.877, de 23.12.2020, que recepcionou o Pronunciamento CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, são apresentadas, a seguir, as práticas e procedimentos contábeis adotados pelo Banco quanto aos benefícios pós-emprego.

a) Descrição dos Planos de Benefícios

a.1) Planos de Previdência

O Banco é patrocinador de dois planos de previdência complementar, um plano do tipo Benefício Definido (BD) e um plano de Contribuição Variável (BD + CD), administrados pela Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil (Capef), entidade fechada de previdência complementar.

a.1.1) Plano BD

O plano BD, classificado na modalidade de benefício definido, que se encontra fechado ao ingresso de novos participantes desde 26.11.1999, oferta aos seus participantes benefícios de suplementação de aposentadoria por tempo de contribuição, por idade e por invalidez, assim como suplementação de pensão e pecúlio aos beneficiários dos participantes

Notas Explicativas

a.1.2) Plano CV I

O plano CV I, classificado na modalidade de contribuição variável, conjuga características tanto de plano de contribuição definida como de plano de benefício definido. Esse plano oferta aos seus participantes benefícios de suplementação de aposentadoria por tempo de contribuição, por idade e por invalidez, assim como suplementação de pensão e pecúlio aos beneficiários dos participantes.

Os benefícios de aposentadoria programada do plano CV I são calculados com base no saldo da conta individual de cada participante, existente na data da aposentadoria, e são pagos em duas fases, a primeira na forma de renda certa com prazo certo, na modalidade Contribuição Definida (CD), e a segunda na forma de renda vitalícia, na modalidade Benefício Definido (BD).

a.2) Plano de Assistência Médica

O Banco é patrocinador e mantenedor de plano de saúde administrado pela Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil (Camed), denominado Plano Natural, cujo objetivo principal é prestar assistência médica aos seus associados e dependentes, por meio da concessão de auxílios destinados à cobertura ou ressarcimento de despesas com a promoção, proteção e recuperação de saúde.

a.3) Seguro de Vida em Grupo

O Banco mantém como política de benefícios um contrato de apólice coletiva de seguro de vida em grupo, destinada a seus empregados e ex-empregados já aposentados. A apólice prevê cobertura básica: morte por causas naturais e acidentais e cobertura adicional de invalidez por acidente e por doença. Os prêmios de seguro são determinados pela aplicação de taxas definidas em contrato, contribuindo os empregados com 50% do valor desse prêmio e o Banco com os demais 50%. Os aposentados são responsáveis pelo pagamento integral do valor do prêmio. O Banco avalia atuarialmente o benefício que se constitui em subsídio indireto aos atuais aposentados.

a.4) Governança

São responsáveis pela administração e fiscalização da Capef os seguintes órgãos estatutários: Conselho Deliberativo, Diretoria-Executiva e Conselho Fiscal. O Conselho Deliberativo é o órgão de decisão e orientação superior, cabendo-lhe precipuamente a definição da política de administração da Capef e de seus planos de benefícios. A Diretoria-Executiva é o órgão de administração da Capef, cabendo-lhe executar e fazer executar as diretrizes e normas gerais fixadas pelo Conselho Deliberativo e demais disposições contidas na legislação pertinente, no Estatuto da Capef, nos regulamentos dos planos de benefícios e nos Convênios e Termos de Adesão. O Conselho Fiscal é o órgão de controle interno, cabendo-lhe, principalmente, as funções de acompanhamento e fiscalização das atividades da Capef.

A Camed tem como órgãos estatutários: Corpo Social, Conselho Deliberativo, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal. O Corpo Social, composto pelos associados, é o órgão supremo de decisão, com poderes para resolver todos os assuntos e negócios relativos ao pleno funcionamento e desenvolvimento da Camed. O Conselho Deliberativo da Camed é órgão de acompanhamento e de superior deliberação administrativa. Cabe à Diretoria Executiva executar e fazer executar as diretrizes e normas gerais fixadas pelo Conselho Deliberativo e demais disposições contidas na legislação pertinente no Estatuto da Camed e nos regulamentos internos. O Conselho Fiscal é o órgão de fiscalização dos atos de gestão da Camed, cabendo-lhe, precipuamente, as funções de acompanhamento e orientação das atividades da empresa.

Os membros dos órgãos estatutários das duas Entidades são escolhidos de forma a conferir representatividade aos Participantes, aos Beneficiários Assistidos e aos Patrocinadores, com base nos critérios estabelecidos em seus Estatutos.

a.5) Estratégias de Confrontação de Ativos e Passivos

A Capef conta com áreas específicas para administração dos investimentos, além de assessoria de gestão que reforça o monitoramento dos riscos de investimentos. Os investimentos são acompanhados de modo a se verificar questões voltadas a enquadramentos, retornos dos ativos e acompanhamento da evolução da meta atuarial do plano.

Notas Explicativas

A Camed possui instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. Os riscos associados a estes instrumentos são gerenciados por meio de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança.

b) Obrigações Vencidas e Dívidas de Contribuições

Não existem, em 31.03.2026, obrigações vencidas e dívidas de contribuições do Banco em relação aos planos previdenciários, BD e CVI, ao plano de assistência médica, plano Natural, e ao seguro de vida em grupo, nem práticas informais que deem origem a obrigações construtivas passíveis de inclusão na mensuração da obrigação de benefício definido.

c) Relação de Contribuições (Participantes/Patrocinador)

A relação entre as contribuições efetuadas pelos participantes e o Banco atende a paridade estabelecida na Resolução nº 09, de 08.10.1996, do Conselho de Coordenação e Controle das Empresas Estatais (CCE), registrando em 31.03.2026, a relação contributiva de 1:1.

d) Exposição ao risco

O Passivo Atuarial do Banco, que registra as obrigações sobre os planos BD, CV I, Natural e Seguro de Vida em Grupo está exposto, principalmente, aos seguintes riscos:

Plano	Tipo de Risco	Descrição do Risco
BD/ CV I/ Natural/ Seguro de Vida em Grupo	Risco Atuarial	O custo final dos benefícios adquiridos ser maior que os benefícios esperados. O Banco não possui alternativa a não ser aumentar a contribuição paritária ou persuadir os participantes a aceitar uma redução dos benefícios.
BD/ CV I/ Natural	Risco dos investimentos	Está relacionado às variações nas taxas de juros e preços dos ativos que influenciam no desempenho econômico-financeiro do plano de benefícios. Se o rendimento real dos investimentos dos planos for inferior ao rendimento esperado, isso poderá gerar um aumento do passivo atuarial.
BD/ CV I/ Natural/ Seguro de Vida em Grupo	Risco das premissas atuariais	Está relacionado à adoção de premissas atuariais não aderentes aos planos, quando do cálculo do valor presente da obrigação de benefício definido, resultando em impacto relevante no passivo atuarial.
BD/ CV I/ Natural/ Seguro de Vida em Grupo	Taxa de desconto	O passivo atuarial é calculado adotando uma taxa de desconto definida com base nos rendimentos dos títulos públicos (NTN-B), conforme item 83 do CPC 33 (R1). Diminuição nos rendimentos desses títulos ocasiona elevação no passivo atuarial.
BD/ CV I/ Natural/ Seguro de Vida em Grupo	Riscos de Expectativa de Vida	Os planos de benefícios pós-emprego oferecem benefícios vitalícios, logo, o aumento na expectativa de vida resulta em elevação do passivo atuarial para os planos BD, CV I e Natural e uma redução do passivo atuarial para o Seguro de Vida em Grupo.

e) Valores Reconhecidos nas Informações Trimestrais (ITR)

e.1) Passivo

Especificação	Vencimento até 12 meses	Vencimento acima de 12 meses	31.03.2026
Plano BD	97.744	358.059	455.803
Plano Natural	77.138	1.849.030	1.926.168
Seguro de Vida	6.114	230.290	236.404
TOTAL	180.996	2.437.379	2.618.375

Notas Explicativas

e.2) Patrimônio Líquido

Especificação	31.03.2026			
	Plano BD	Plano CV I	Plano Natural	Seguro de Vida
Valores Reconhecidos no Patrimônio Líquido ^{(1) (2)}	82.234	(1.312)	9.469	1.870

⁽¹⁾ Decorrem, principalmente, de variação nas taxas reais de desconto, demonstrado no quadro de premissas financeiras, adiante.

⁽²⁾ Plano CV I: Os ganhos (perdas) atuariais referem-se ao efeito do teto de ativo.

Especificação	31.03.2026			
	BD	CV I	NATURAL	SEGURO
Premissas Financeiras				
Taxa real de desconto (%)	7,57	7,23	7,24	7,24

e.3) Demonstração do Resultado

Especificação	01.01 a 31.03.2026			
	Plano BD	Plano CV I	Natural	Seguro de Vida
1. Custo do Serviço Corrente Líquido	(795)	551	(4.680)	645
2. Juros Líquidos	(14.591)	-	(52.994)	(6.568)
3. Valores Reconhecidos no Resultado (item 1 + item 2) ⁽¹⁾	(15.386)	511	(57.674)	(5.923)
4. Despesas Administrativas do Plano BD	(711)	-	-	-
5. Contribuições (Parte CD) do Plano CV I	-	(25.156)	-	-
6. Contribuições de funcionários cedidos, ressarcidas ao Banco	-	90	7	-
7. Provisão contribuição 13º salário	(59)	(2.102)	-	-
8. Valor apropriado em Despesas	(16.156)	(27.168)	(57.667)	(5.923)

⁽¹⁾ Plano CV I: Valor contabilizado em Outras Receitas Operacionais.

NOTA 18 – Ativos e Passivos Fiscais

a) **Imposto de Renda e Contribuição Social** O Banco está sujeito ao regime de tributação do Lucro Real e procede ao pagamento mensal do Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) por estimativa. As despesas de

a.1) Especificação da Despesa de Provisão de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	01.01 a 31.03.2026	01.01 a 31.03.2025	01.01 a 31.03.2026	01.01 a 31.03.2025
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	901.252	722.772	901.252	722.772
Participações Estatutárias sobre o Lucro (PLR)	(15.334)	(8.359)	(15.334)	(8.359)
Resultado antes da Tributação, deduzido das Participações Estatutárias	885.918	714.413	885.918	714.413
Adições/Exclusões Permanentes	(60.465)	(35.786)	(61.295)	(36.620)
Adições/Exclusões Temporárias	6.253	477.427	6.253	477.427
Resultado Tributável	831.706	1.156.054	830.876	1.155.220
Despesas de Provisão de IRPJ e CSLL - antes dos Incentivos Fiscais e da Reserva de Reavaliação	(207.920)	(289.007)	(166.175)	(231.044)
Deduções (Incentivos Fiscais)	8.774	4.205	-	-
Provisão de Tributos de IRPJ/CSLL sobre a realização da Reserva de Reavaliação	7	7	6	6
Provisão de Tributos sobre ajustes de LPA	-	-	-	-
Despesas Correntes de IRPJ/CSLL - após os incentivos fiscais, Reserva de Reavaliação e Ajustes de LPA	(199.140)	(284.795)	(166.169)	(231.038)
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos – Decorrentes de Créditos Recuperados e Depreciação	(13.679)	4.094	(10.943)	3.275
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	(212.819)	(280.701)	(177.112)	(227.763)
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social ajustada	(212.819)	280.701	(177.112)	(227.763)
Créditos Tributários de IRPJ/CSLL – Provisões	(4.427)	75.154	(3.544)	60.110
Total de IRPJ/CSLL	(217.246)	(205.547)	(180.656)	(167.653)
Alíquota Efetiva (%)	24,52	28,77	20,39	23,47

Notas Explicativas

a.2) Especificação da Provisão de IRPJ e CSLL	31.03.2026	31.12.2025	31.03.2026	31.12.2025
Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro	199.140	284.795	166.169	231.038
Provisão de Tributos sobre realização de Reserva de Reavaliação	7	7	6	6
Provisão de Tributos sobre ajustes de LPA	-	(6.966)	-	(5.573)
Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro	199.147	277.836	166.175	225.471
Impostos e Contribuições a Compensar decorrentes de antecipação, inclusive retidos na fonte	(94.468)	(104.881)	(60.024)	(68.775)
Valor dos Tributos a Recolher (a Compensar) do Período	104.679	172.955	106.151	156.696

b) Conciliação dos Encargos de IRPJ e CSLL

Especificação	01.01 a 31.03.2026	01.01 a 31.03.2025
I) Resultado antes dos Tributos e Participações	901.252	722.772
- Participações Estatutárias nos Lucros	(15.334)	(8.359)
II) Resultado antes da Tributação, deduzido das Participações Estatutárias	885.918	714.413
III) Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (45%)	(398.663)	(321.486)
IV) Ajustes para apuração da alíquota efetiva:	761	(51.714)
- Outras Rendas / FNE/Del Credere/Ops Repasse-Lei 7827-ART. 9 A	18.927	17.807
- Diferenças Temporárias - Provisões Atuariais	(17.763)	(37.961)
- Diferenças Temporárias - Outras Provisões Indedutíveis	(11)	1.721
- Diferenças Temporárias – Receitas Diferidas	(421)	(27.275)
- Diferenças Temporárias - Ops c/Reembolso Maior que 10 anos	(17.108)	(3.218)
- Ajuste a Valor de Mercado	-	(5.480)
- Incentivos Fiscais	8.787	4.218
- Adições Permanentes, Líquidas	8.350	(1.526)
V) Despesa com formação de provisão para imposto de renda e contribuição social	(397.902)	(373.200)
VI) Imposto de renda/ contribuição social diferidos	(7.971)	135.265
VII) Imposto de renda/ contribuição social correntes	(389.931)	(508.465)
VIII) Despesas Tributárias antes dos Ajustes (V + VI)	(397.902)	(373.200)
IX) Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-
X) Despesas Tributárias Ajustadas (VII + VIII)	(397.902)	(373.200)
XI) Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	44,91%	51,63%

Notas Explicativas

c) Ativos Fiscais Diferidos

Especificação	31.03.2026		31.12.2025		31.03.2026	31.12.2025
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	Total	
Efeito no Resultado						
a) Provisões (PCLD)						
Saldo Inicial	954.987	763.996	828.333	662.686	1.718.983	1.491.019
Constituição	227.035	181.628	512.080	409.670	408.663	921.750
Realização/Reversão	(236.997)	(189.598)	(385.426)	(308.360)	(426.595)	(693.786)
Saldo Final	945.025	756.026	954.987	763.996	1.701.051	1.718.983
b) Provisões – Operações Alongadas						
Saldo Inicial	111	88	103	83	199	186
Constituição	-	-	59	47	-	106
Realização/Reversão	-	-	(51)	(42)	-	(93)
Saldo Final	111	88	111	88	199	199
c) Provisões Atuariais						
Saldo Inicial	289.299	231.440	268.028	214.423	520.739	482.451
Constituição	9.878	7.902	74.893	59.915	17.780	134.808
Realização/Reversão	(13.001)	(10.401)	(53.622)	(42.898)	(23.402)	(96.520)
Saldo Final	286.176	228.941	289.299	231.440	515.117	520.739
d) Programa de Desligamento Voluntário (PDV)						
Saldo Inicial	7.404	5.923	-	-	13.327	-
Constituição	-	-	17.534	14.027	-	31.561
Realização/Reversão	(7.404)	(5.923)	(10.130)	(8.104)	(13.327)	(18.234)
Saldo Final	-	-	7.404	5.923	-	13.327
e) Receitas Diferidas (TJEO)						
Saldo Inicial	27.800	22.239	-	-	50.039	-
Constituição	-	-	28.437	22.749	-	51.186
Realização/Reversão	(1.602)	(1.282)	(637)	(510)	(2.884)	(1.147)
Saldo Final	26.198	20.957	27.800	22.239	47.155	50.039
f) Provisões Contingenciais						
Saldo Inicial	295.538	236.431	262.032	209.626	531.969	471.658
Constituição	33.164	26.531	175.803	140.642	59.695	316.445
Realização/Reversão	(14.240)	(11.392)	(142.297)	(113.837)	(25.632)	(256.134)
Saldo Final	314.462	251.570	295.538	236.431	566.032	531.969
g) Instrumentos Financeiros Derivativos (IFD)						
Saldo Inicial	9.282	7.425	2.355	1.884	16.707	4.239
Constituição	1.504	1.204	12.020	9.616	2.708	21.636
Realização/Reversão	(8.915)	(7.132)	(5.093)	(4.075)	(16.047)	(9.168)
Saldo Final	1.871	1.497	9.282	7.425	3.368	16.707
h) TVM						
Saldo Inicial	2.472	1.978	4.910	3.928	4.450	8.838
Constituição	6.687	5.350	1.713	1.370	12.037	3.083
Realização/Reversão	(537)	(430)	(4.151)	(3.320)	(967)	(7.471)
Saldo Final (Nota 7.a.1)	8.622	6.898	2.472	1.978	15.520	4.450
Efeito no Patrimônio Líquido						
i) TVM						
Saldo Inicial	252.758	202.207	275.953	220.762	454.965	496.715
Constituição	90.203	72.162	398.857	319.087	162.365	717.944
Realização/Reversão	(79.105)	(63.284)	(422.052)	(337.642)	(142.389)	(759.694)
Saldo Final (Nota 7.b)	263.856	211.085	252.758	202.207	474.941	454.965
j) Ajustes de Avaliação Atuarial						
Saldo Inicial	233.612	186.890	153.050	122.440	420.502	275.490
Constituição	30.829	24.662	141.792	113.434	55.491	255.226
Realização/Reversão	(53.894)	(43.115)	(61.230)	(48.984)	(97.009)	(110.214)
Saldo Final	210.547	168.437	233.612	186.890	378.984	420.502

Notas Explicativas

Os saldos dos créditos ativados e não ativados de IRPJ e CSLL estão a seguir demonstrados:

Especificação	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	31.03.2026	31.12.2025	31.03.2026	31.12.2025
1. Total das Diferenças Temporárias	8.998.060	10.284.214	8.998.060	10.284.214
2. Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	2.249.515	2.571.053	1.799.612	2.056.843
3. Créditos Tributários Ativados sobre Provisões	1.782.519	1.808.751	1.426.019	1.447.007
4. Créditos Tributários Ativados decorrentes da marcação a mercado de TVM	274.349	264.512	219.480	211.610
5. Total de Créditos Tributários Ativados (item 3 + item 4) ⁽¹⁾	2.056.868	2.073.263	1.645.499	1.658.617
6. Créditos Tributários Não Ativados (item 2 - item 5) ⁽²⁾	192.647	497.790	154.113	398.226

⁽¹⁾ Registrados em "Ativos Fiscais Diferidos"; e

⁽²⁾ Não ativados por não atenderem aos critérios de realização estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.842, de 30.07.2020, conforme estudo técnico sobre a constituição de ativos e passivos fiscais diferidos, elaborado semestralmente. Os créditos que não foram ativados decorrem de (a) PCLD, em relação aos reembolsos superiores a 10 anos, em respeito ao inc. I, do art. 4.º, da Res. CMN nº 4.842/2020; (b) provisão atuarial, cujo fluxo de contribuições está inferior à provisão contábil, não sendo assim possível constituir o crédito tributário sobre toda a provisão, pois se limita ao fluxo, conforme premissa definida no Estudo Técnico; (c) Receita Diferida TJEO, para as operações de crédito em atraso, que não possuem previsão de reembolso.

Os valores previstos de realizações dos Ativos Fiscais Diferidos na posição de 31.03.2026, estão a seguir demonstrados:

Exercício ⁽¹⁾	IRPJ		CSLL		Total	
	Valor Contábil	Valor Presente ⁽¹⁾	Valor Contábil	Valor Presente ⁽¹⁾	Valor Contábil	Valor Presente ⁽¹⁾
2026	414.706	384.633	331.770	307.711	746.476	692.344
2027	370.024	344.717	296.020	275.774	666.044	620.491
2028	185.073	158.739	148.059	126.992	333.132	285.731
2029	136.912	106.979	109.529	85.583	246.441	192.562
2030	124.399	92.135	99.518	73.707	223.917	165.842
2031	111.059	78.467	88.847	62.774	199.906	141.241
2032	95.326	65.181	76.260	52.145	171.586	117.326
2033	50.736	39.886	40.589	31.909	91.325	71.795
2034	43.825	34.746	35.060	27.796	78.885	62.542
2035	100.952	93.412	80.762	74.730	181.714	168.142
Acima de 2035	423.856	422.934	339.085	338.347	762.941	761.281
Total	2.056.868	1.821.829	1.645.499	1.457.468	3.702.367	3.279.297

⁽¹⁾ Para fins de cálculo do valor presente foi considerada a meta para as taxas over – Selic média, projetadas pelo Bacen na posição de 31.03.2026

Notas Explicativas

d) Passivos Fiscais Diferidos

Especificação	31.03.2026		31.12.2025		31.03.2026	31.12.2025
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	Total	
Efeito no Resultado						
a) Instrumentos Financeiros Derivativos						
Saldo Inicial	-	-	2.169	1.735	-	3.904
Constituição	4.135	3.307	4.192	3.354	7.442	7.546
Realização/Reversão	(2.008)	(1.606)	(6.361)	(5.089)	(3.614)	(11.450)
Saldo Final	2.127	1.701	-	-	3.828	-
b) Item Objeto de Hedge						
Saldo Inicial	5.544	4.435	6.225	4.980	9.979	11.205
Constituição	3.508	2.806	13.484	10.787	6.314	24.271
Realização/Reversão	(1.039)	(831)	(14.165)	(11.332)	(1.870)	(25.497)
Saldo Final	8.013	6.410	5.544	4.435	14.423	9.979
c) Fundos de Investimentos						
Saldo Inicial	-	-	-	-	-	-
Constituição	7.901	6.321	-	-	14.222	-
Realização/Reversão	-	-	-	-	-	-
Saldo Final	7.901	6.321	-	-	14.222	-
d) TVM						
Saldo Inicial	897	717	2.168	1.734	1.614	3.902
Constituição	1.604	1.283	1.649	1.319	2.887	2.968
Realização/Reversão	(422)	(338)	(2.920)	(2.336)	(760)	(5.256)
Saldo Final	2.079	1.662	897	717	3.741	1.614
Efeito no Patrimônio Líquido						
e) Reserva de Reavaliação						
Saldo Inicial	790	633	820	656	1.423	1.476
Constituição	-	-	-	-	-	-
Realização/Reversão	(7)	(6)	(30)	(23)	(13)	(53)
Saldo Final	783	627	790	633	1.410	1.423
f) TVM						
Saldo Inicial	31.137	24.910	17.768	14.215	56.047	31.983
Constituição	96.101	76.881	373.231	298.585	172.982	671.816
Realização/Reversão	(88.610)	(70.888)	(359.862)	(287.890)	(159.498)	(647.752)
Saldo Final (Nota 7.b)	38.628	30.903	31.137	24.910	69.531	56.047
g) Item patrimonial – Ganhos não Realizados						
Saldo Inicial	12.162	9.729	-	-	21.891	-
Constituição	3.326	2.660	14.164	11.331	5.986	25.495
Realização/Reversão	(1.685)	(1.347)	(2.002)	(1.602)	(3.032)	(3.604)
Saldo Final	13.803	11.042	12.162	9.729	24.845	21.891

(1) Na forma do artigo 12 da Lei nº 9.430, de 27.12.1996;

Os valores totais dos Passivos Fiscais Diferidos previstos para baixa, na posição de 31.12.2025, estão a seguir demonstrados:

Exercício	IRPJ		CSLL		Total	
	Valor Contábil	Valor Presente ⁽¹⁾	Valor Contábil	Valor Presente ⁽¹⁾	Valor Contábil	Valor Presente ⁽¹⁾
2026	23.079	21.899	18.463	17.520	41.542	39.419
2027	95	90	76	73	171	163
2028	3.790	3.783	3.032	3.027	6.822	6.810
2029	22.123	22.115	17.698	17.692	39.821	39.807
2030	13.098	13.090	10.479	10.471	23.577	23.561
2031	24	14	19	11	43	25
2032	24	13	19	10	43	23
2033	24	12	19	9	43	21
2034	24	11	19	8	43	19
2035	10.385	10.370	8.308	8.296	18.693	18.666
Acima de 2035	668	320	534	256	1.202	576
Total	73.334	71.717	58.666	57.373	132.000	129.090

(1) Para fins de cálculo do valor presente foi considerada a meta para as taxas Selic médias, para um período de 5 anos, projetadas pelo Bacen na posição de 31.03.2026, sendo replicada a última taxa para os demais anos.

Notas Explicativas

NOTA 19 – Outros Passivos

Especificação	31.03.2026	31.12.2025
a) Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	1.394.741	11.386
Recursos do Proagro	516	-
Recebimentos de Tributos Federais	1.388.522	7
IOF a Recolher	4.848	11.302
Outros Tributos e Assemelhados	855	77
b) Relações Interfinanceiras e Interdependências	167.893	131.092
c) Sociais e Estatutárias	21.408	706.446
Remuneração do Capital a Pagar	1.116	405.835
Participações nos Lucros	20.292	300.611
d) Impostos e Contribuições a Recolher/Pagar	117.942	122.908
e) Cartões de Crédito	218.562	231.568
f) Obrigações por Convênios Oficiais	44.418	47.510
g) Diversas	823.669	799.504
Provisão para Pagamentos a Efetuar	682.282	687.075
Despesa de Pessoal	349.586	356.137
Outros Valores	332.696	330.938
Outros Valores	141.387	112.429
Total	2.788.633	2.050.414

NOTA 20 - Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O Capital Social do Banco, no valor de R\$ 13.238.172 (R\$ 13.238.172 em 31.12.2025), é representado, em sua totalidade, por ações ordinárias, escriturais, sem valor nominal, integralizadas, assim distribuídas:

Especificação	31.03.2026		31.12.2025	
	Quantidade das Ações ⁽¹⁾	% do Capital	Quantidade das Ações ⁽¹⁾	% do Capital
União Federal	90.425.255	91,61	60.219.687	61,01
FI CAIXA FGEDUC MULTIMERCADO	-	-	30.205.568	30,60
BB FGO Fundo de Investimento em Ações	6.206.000	6,29	6.206.000	6,29
Outros	2.068.494	2,10	2.068.494	2,10
Total	98.699.749	100	98.699.749	100

⁽¹⁾ Em unidades

b) Reserva de Reavaliação

O valor de R\$ 13.022 refere-se ao saldo da reserva de reavaliação de bens de uso próprio, constituída em 26.02.1993. Referida reserva será mantida até a data de sua efetiva realização por depreciação, baixa ou alienação, consoante Resolução CMN nº 4.872, de 27.11.2020. No 1º trimestre de 2026, houve transferência de R\$ 16 (R\$ 64 em 31.12.2025) para Lucros ou Prejuízos Acumulados.

c) Pagamento de Dividendos do 2º Semestre de 2025

Por meio de reunião realizada em 18.03.2026, o Conselho de Administração aprovou a distribuição de Dividendos sobre o resultado apurado no 2º semestre de 2025, e pagamento sob a forma de Juros sobre o Capital Próprio (JCP) no valor bruto de R\$ 404.912. O pagamento iniciou-se em 30.03.2026.

Notas Explicativas

NOTA 21 - Outras Receitas/Despesas Operacionais

Especificação	01.01 a 31.03.2026	01.01 a 31.03.2025
a) Receitas de Prestação de Serviços	1.055.238	906.598
Administração de Fundos de Investimentos	40.415	34.499
Administração de Fundos e Programas	876.463	751.232
Prestação de Serviços	138.360	120.867
b) Rendas de Tarifas Bancárias	30.717	29.516
c) Despesas de Pessoal	(792.686)	(737.713)
Proventos	(459.952)	(433.255)
Encargos Sociais	(166.329)	(156.669)
Plano de Aposentadoria e Pensão - Capef Planos BD e CV I	(43.324)	(38.662)
Plano de Assistência Médica - Camed Plano Natural	(57.667)	(44.638)
Seguro de Vida - Benefício Pós-Emprego	(5.923)	(4.699)
Benefícios, Treinamentos, Honorários e Remuneração de Estagiário	(59.491)	(59.790)
d) Outras Despesas Administrativas	(683.961)	(631.121)
Processamento de Dados	(133.005)	(126.937)
Propaganda e Publicidade	(15.949)	(4.826)
Serviços de Terceiros ⁽¹⁾	(354.560)	(347.114)
Aluguéis, Material, Água, Energia e Gás	(22.683)	(25.014)
Viagens	(6.336)	(6.555)
Comunicações	(5.549)	(3.403)
Depreciação e Amortização	(17.852)	(9.482)
Manutenção e Conservação de Bens	(21.634)	(15.433)
Vigilância, Segurança e Transporte	(36.215)	(33.091)
Promoções, Relações Públicas e Publicações	(8.223)	(5.564)
Serviços do Sistema Financeiro	(8.250)	(6.859)
Serviços Técnicos Especializados	(23.894)	(21.502)
Seguros	(151)	(378)
Emolumento Judicial, Cartorário e Honorários Advocáticos	(12.449)	(11.527)
Contribuição Sindical Patronal e a Entidades Associativas	(2.042)	(954)
Condomínio, Copa, Cozinha e Alimentação	(1.916)	(1.966)
Fundeci	-	-
Outros Valores	(13.253)	(10.516)
e) Despesas Tributárias	(175.092)	(160.857)
Contribuições ao Cofins e PIS/Pasep	(159.472)	(146.265)
ISS e IPTU/Contribuição de Melhoria	(14.403)	(13.633)
Outros Valores	(1.217)	(959)
f) FNE Del Credere	1.070.904	976.214
g) Outras Receitas Operacionais	245.463	265.454
Del Credere de Fundos Administrados	2.322	3.144
Variação Cambial Negativa de Empréstimos	80.814	95.633
Variação Cambial Negativa de Captação	-	4.549
Variação Cambial da Área de Câmbio	76.201	-
Variação Cambial Negativa Reclassificação Despesas do FNE	1.227	2.194
Recuperação de Encargos e Despesas	3.547	2.480
Reversão de Provisões Operacionais	3.842	4.045
Juros e Comissões	12	-
Correção Monetária	3	-
Variação Cambial	-	94.881
FNE- Recuperação de Valores Honrados pelo Banco	36.447	32.748
Atualização Monetária sobre Depósitos Recursais	10.507	9.441
Outros Valores	30.541	16.339
h) Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	(421.475)	(441.496)
i) Provisão para Contingências Passivas	(100.980)	(96.137)
j) Outras Despesas Operacionais	(267.165)	(155.119)
Variação Cambial Negativa	(20.333)	(39.843)
Atualização Monetária Negativa de Operações de Crédito	(1.610)	-
Descontos Concedidos em Renegociações	(14.301)	(2.659)
Encargos de Operações de Crédito	(9.916)	(810)
Remuneração FNE Recursos Disponíveis - Lei 7.827 Art.9º-A	-	(19.955)
Remuneração FNE Recursos Aplicados - Lei 7.827 Art.9º-A	-	(58.907)
Outros Valores	(221.005)	(32.945)
Total	(39.037)	(44.661)

⁽¹⁾ Contém despesas no 1º trimestre de 2026, no valor de R\$ 281.807 (R\$ 281.069 de 01.01 a 31.03.2025) para operacionalização dos programas de microcrédito produtivo orientado urbano e rural.

Notas Explicativas

NOTA 22 - Remuneração a Funcionários e Administradores

a) Empregados

Remuneração Bruta (Mensal)	31.03.2026	31.12.2025
Máxima	71.204,00	71.204,00
Mínima	4.189,08	4.189,08
Média	18.165,55	18.105,62

Outras Informações	31.03.2026	31.12.2025
Quantidade de empregados	6.959	6.914
Benefícios – média de valores	6.438,78	6.381,43

b) Administradores

Remuneração Diretoria Executiva (Mensal)	31.03.2026	31.12.2025
Máxima	133.854,77	106.350,07
Mínima	71.972,69	68.483,78
Média	83.772,19	82.539,15

c) Conselhos

Remuneração média dos Conselhos (Mensal)	31.03.2026	31.12.2025
Conselho de Administração	5.423,54	5.872,85
Conselho Fiscal	5.922,38	5.508,46

Os valores constantes das tabelas “a”, “b” e “c” estão expressos em Reais.

NOTA 23 - Gerenciamento de Riscos e Índice de Basileia

a) Gestão de Riscos e Capital

Os instrumentos de governança corporativa do Banco incluem estrutura de controles internos com vistas à manutenção de um adequado acompanhamento dos riscos considerados relevantes pelo Banco. A metodologia de gerenciamento de riscos observa as orientações do Comitê de Basileia, buscando a identificação dos riscos existentes e potenciais nos diversos processos do Banco, a implementação e o acompanhamento de indicadores e de mecanismos de mitigação de riscos.

Nesse contexto, a gestão de riscos no Banco tem por fundamento a sua Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e sua Política Corporativa de Gestão de Riscos, documentos aprovados pelo Conselho de Administração e cuja construção considera o Planejamento Estratégico e o Plano de Capital do Banco. Na RAS, são definidos os riscos relevantes em função do impacto potencial no alcance dos objetivos estratégicos do Banco. Na Política Corporativa estão consolidadas as orientações e diretrizes a serem adotadas na gestão contínua e integrada desses riscos

Estrutura de Gerenciamento de Riscos

A estrutura de gerenciamento de riscos é unificada no nível estratégico e específica nos níveis de suas unidades negociais e de suporte, observando o princípio da segregação das atividades. As unidades e suas responsabilidades básicas referentes à gestão de riscos são definidas, formalmente normatizadas e divulgadas no site de políticas e normas do Banco.

A sistematização da gestão de riscos fundamenta-se no uso de metodologias definidas e documentadas, passíveis de serem testadas quanto à consistência, confiabilidade e transparência dos resultados. Os processos de gestão são monitorados continuamente e revisados com periodicidade mínima anual

A atuação dessa estrutura é pautada na política de integridade e ética do Banco e nos princípios de responsabilidade socioambiental, nas relações com seus clientes, parceiros, funcionários, acionistas, prestadores de serviços e sociedade.

Nesse propósito, a Gestão Integrada de Riscos do Banco incorpora, como princípio essencial, a manutenção de sistema de gestão de riscos estruturado e integrado às atividades gerenciais do Banco. Disponibiliza informações que subsidiam as diversas instâncias decisórias do Banco a avaliar os riscos envolvidos e destina-se a orientar a gestão dos riscos que se interpõem à consecução dos objetivos empresariais. Para isso, utiliza regras baseadas em princípios e boas práticas de governança corporativa, implantadas sob a orientação da superior administração do Banco e dos órgãos supervisores.

Por fim, conclui-se, com razoável segurança, que a estrutura implantada é compatível com a natureza

Notas Explicativas

das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, e com o dimensionamento adequado da exposição a riscos do Banco.

Estrutura de Gerenciamento de Capital

A Diretoria de Controle e Riscos é responsável pelo gerenciamento de capital, tendo sido estruturada unidade administrativa específica para esse fim, conforme requerido pelo CMN, em sua Resolução nº 4.557, de 23.02.2017. As informações referentes à Estrutura de Gerenciamento de Capital podem ser consultadas no Relatório de Gerenciamento de Riscos e de Capital - Pilar III disponível no portal <https://ri.bnb.gov.br/>.

A gestão da adequação de capital do Banco é feita levando-se em conta as exigências regulatórias acrescidas de um piso interno de Capital situado acima dos requerimentos mínimos regulatórios, considerando-se as exigências de Patrimônio de Referência (PR), de PR Nível I, de Capital Principal e do Adicional de Capital Principal (ACP). Esse piso é revisado anualmente na elaboração do planejamento de capital.

O Banco elabora seu Plano de Capital em consonância com o Planejamento Estratégico, de forma a refletir os resultados ali planejados e, ao mesmo tempo, atender ao disposto na Resolução CMN nº 4.557.

No plano em vigência, não se vislumbraram indícios de possível descumprimento dos requerimentos mínimos de capital regulatórios.

Política Corporativa de Gestão de Riscos

Contempla orientações e diretrizes integradoras das atividades do Banco para a gestão dos riscos relevantes financeiros (riscos de crédito, concentração, mercado, taxa de juros da carteira bancária, liquidez e operacional – incluindo neste último o risco legal); e os não financeiros (riscos estratégico, reputacional, de capital, de conformidade, socioambiental, atuarial, cibernético e de modelos). O Comitê de Gestão de Riscos aprecia e encaminha, para deliberação da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração, as propostas de criação e ajustes nas estratégias, políticas, modelos e procedimentos para gestão de riscos, ficando a cargo da Diretoria de Controle e Risco a coordenação da sua implementação e desempenho no Banco, por meio de unidade específica que realiza o gerenciamento integrado de riscos, em nível corporativo, definindo metodologias e modelos de gestão e promovendo a disseminação da cultura de gestão de riscos.

Maiores informações relativas ao gerenciamento de riscos, focadas em questões acerca do Patrimônio de Referência (PR) e do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA), conforme prescreve a Resolução BCB nº 54, de 16.12.2020, podem ser encontradas no portal: <https://ri.bnb.gov.br/governanca-e-sustentabilidade/estrutura-de-governanca/gestao-de-riscos> e não fazem parte destas Informações Trimestrais (ITR) Individuais.

b) Risco de Crédito

É a possibilidade de ocorrência de: perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados; desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador; e reestruturação de instrumentos financeiros ou custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

Notas Explicativas

Composição do saldo de exposições ao risco de crédito por fonte de recursos:

Fonte de Recursos	Exposição – EAD		Exposição – EAD	
	31.03.2026	31.12.2025	01.01.2025	
FNE	80.249.212	79.779.823	70.444.805	
TVMs	50.763.643	47.207.627	47.134.716	
RECIN	12.408.017	13.139.636	11.670.954	
FNE – 2	3.557.606	3.588.708	3.013.890	
POUPANÇA RURAL	1.117.813	1.172.750	1.025.152	
BNDES/FINAME	772.088	1.449.087	802.427	
FDNE/REPASSES	631.740	768.006	638.701	
AFD	377.896	612.821	604.558	
RECURSOS EXTERNOS	320.398	416.383	627.815	
FDNE	195.981	192.388	176.782	
LCA	180.881	358.204	162.405	
BID	156.673	165.189	268.472	
FINEP	123.029	130.716	47.978	
FUNGETUR	25	139.975	100.660	
FONTE GENERICA	7	11	90	
DER	-	26	7	
Total	150.855.009	149.121.350	136.719.412	

O Banco utiliza-se do fluxo constante de informações para identificar, mensurar, monitorar, avaliar, reportar, controlar e mitigar o risco, de forma a manter a exposição ao risco de crédito em conformidade com os parâmetros definidos na Declaração de Apetite por Riscos - RAS. Para tanto, são utilizados diversos instrumentos, tais como: políticas de crédito, modelos e metodologias de avaliação de risco, metodologia para segregação do ativo de crédito em problemático e não problemático, relatórios gerenciais, sistema de classificação de risco e de cálculo de despesas com provisões para créditos de liquidação duvidosa.

Além disso, qualquer deferimento de limite de risco segue o modelo de alçadas por colegiado. De acordo com suas características e valor, os limites poderão ser calculados de forma automática ou analisados e

Especificação		31.03.2026 (%)	31.12.2025 (%)
Índice de Liquidez	Na data-base	709,99	805,91
	Média dos últimos 12 meses	864,53	950,90
	Máximo dos últimos 12 meses	1.186,31	1.214,36
	Mínimo dos últimos 12 meses	655,99	655,99

decididos nos comitês de avaliação de crédito das Agências, ou ainda, por decisão do comitê de deferimento de limite de risco para cliente na Direção Geral ou pela Diretoria Executiva.

Todas as operações de crédito, com exposição a risco para o Banco, são objeto de classificação de risco, mediante a composição da avaliação de risco do cliente com a pontuação de risco da operação de crédito, de acordo com as características de valor, prazo, natureza, finalidade e situação das garantias quanto a sua suficiência e liquidez.

c) Risco de Liquidez

É a possibilidade de ocorrerem desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis (descasamentos) que possam afetar a capacidade de pagamento do Banco, bem como pela possibilidade do Banco não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu volume ser maior que o normalmente transacionado pelo mercado ou em razão de alguma descontinuidade deste.

A área de gestão de riscos utiliza modelos de projeções para estimar as variações de caixa e gerenciar a capacidade do Banco honrar seus compromissos futuros, comunicando a situação de liquidez à administração do Banco por meio de relatórios diários.

O relatório diário de gestão dos riscos de mercado e de liquidez contempla, dentre outros elementos, o índice de liquidez do Banco, representado pela razão das disponibilidades sobre os compromissos previstos para os próximos 90 dias. As disponibilidades que integram a base de cálculo desse índice são compostas por reservas bancárias e pela parcela de alta liquidez dos depósitos interfinanceiros, das operações compromissadas e da carteira própria de títulos.

Notas Explicativas

d) Risco de Mercado

É a possibilidade de perda do valor econômico dos ativos e/ou de elevação do valor econômico dos passivos, assim como a redução de receitas financeiras e elevação de despesas financeiras, resultantes de variações em fatores como taxas de juros, taxas de câmbio, preços de ações e de *commodities*.

Na gestão dos riscos de mercado, o Banco adota metodologias e instrumentos validados pelo mercado, tais como:

- a) *Value at Risk (VaR)* de operações ativas e passivas das carteiras de negociação;
- b) Variação no valor econômico dos instrumentos financeiros (ΔEVE) da carteira bancária;
- c) Variação do resultado da intermediação financeira (ΔNII) da carteira bancária;
- d) Mapa de requerimentos mínimos de capital;
- e) Relatório de exposição cambial;
- f) Análise de sensibilidade;
- g) Testes de estresse;
- h) Testes de aderência (*backtesting*); e
- i) Relatórios de acompanhamento dos limites estabelecidos para as parcelas de exposição a riscos de mercado.

Constitui atividade importante da gestão dos riscos de mercado a elaboração de relatórios gerenciais diários, trimestrais e anuais, destinados à administração e disponíveis aos órgãos reguladores e de controle. Referidos relatórios contêm, dentre outras, informações detalhadas e análises sobre os níveis de exposição das carteiras de negociação e bancária, níveis de exposição cambial e índices de liquidez.

Além desses relatórios, o monitoramento dos limites de exposição ao risco de mercado e de liquidez contempla um sistema de alerta, operacionalizado com o intuito de imprimir maior tempestividade às informações gerenciais necessárias à tomada de decisão pelas instâncias competentes, baseado nos procedimentos abaixo:

Riscos da Carteira de Negociação

O Banco acompanha diariamente a composição da Carteira de Negociação, que deve se constituir de:

- i) títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos para negociação, conforme definido na Resolução BCB nº 111, de 06.07.2021;
- ii) operações destinadas à proteção (*hedge*) contra os riscos de outras operações da Carteira de Negociação.

A mensuração do risco de taxas de juros da Carteira de Negociação é feita com a utilização do Valor em Risco (VaR), a partir do modelo padrão criado pelo Bacen.

Notas Explicativas

Limites de Exposição ao Risco	Limite de Alerta	Procedimento de Controle
<ul style="list-style-type: none"> 3,2% (três inteiros e dois décimos por cento) do valor do Patrimônio de Referência (PR) como possibilidade de perda máxima da Carteira de Negociação; 8% (oito por cento) do valor do Patrimônio de Referência (PR) nível I, como limite máximo para o resultado da variação no valor econômico dos instrumentos financeiros (ΔEVE) utilizado para mensurar o risco de taxas de juros da carteira bancária (IRRBB); 8% (oito por cento) do valor do Patrimônio de Referência (PR) nível I, como limite máximo para o resultado da variação do resultado da intermediação financeira (ΔNII) utilizado para mensurar o risco de taxas de juros da carteira bancária (IRRBB); 3% (três por cento) do valor do Patrimônio de Referência (PR) nível I, como limite máximo de exposições em moeda estrangeira. 	<ul style="list-style-type: none"> > 3% do PR nível I > 6% do PR nível I > 6% do PR nível I > 2% do PR nível I 	<p>Caso o nível de exposição atinja o limite de alerta, a área de Gestão de Riscos emitirá um comunicado à Diretoria Executiva, ao Comitê Corporativo de Gestão de Riscos e às áreas gestoras dos produtos/processos responsáveis pela exposição;</p> <p>Caso o nível de exposição ultrapasse o limite estabelecido, a área de Gestão de Riscos emitirá uma comunicação formal (alerta) ao Comitê Corporativo de Gestão de Riscos, à Diretoria Executiva, ao Comitê de Sustentabilidade, Riscos e de Capital e ao Conselho de Administração para avaliação e tomada de decisão, visando a correção de rumos e adequação ao parâmetro de tolerância estabelecido na RAS.</p>

Em 31.03.2026, a Carteira de Negociação do Banco tem exposições relativas à variação de preços de ações e à variação de taxa de cupom de índice de preço, apresentando uma exposição marcada a mercado no valor de R\$ 1.550.953 e risco da carteira de R\$ 57.464.

Risco de Taxa de Juros na Carteira Bancária (IRRBB)

Corresponde ao risco de impactos negativos no capital e nos resultados do Banco, provindos de movimentos adversos das taxas de juros, para os instrumentos classificados na carteira bancária. A identificação, mensuração e controle desse risco são efetuados atendendo critérios preconizados na Circular Bacen nº 3.876, de 31.01.2018, utilizando-se duas métricas a seguir:

- Δ EVE como a diferença entre o valor presente do somatório dos fluxos de reapreçamento de instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e o valor presente do somatório dos fluxos de reapreçamento desses mesmos instrumentos em cenários de choque nas taxas de juros; e
- Δ NII como a diferença entre o resultado de intermediação financeira dos instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira desses mesmos instrumentos em cenários de choque nas taxas de juros. O resultado de intermediação financeira da carteira bancária, não deve incluir a provisão de crédito de liquidação duvidosa.

O cálculo das medidas de IRRBB é realizado mensalmente, com a utilização de modelos padronizados baseados, fundamentalmente, nos parâmetros, hipóteses e premissas estabelecidos na Circular Bacen nº 3.876, de 31.01.2018.

Na posição de 31.03.2026, a Carteira Bancária do Banco possuía exposição marcada a mercado de R\$ 22.207.064, apresentando Δ EVE e Δ NII nos valores de R\$ 283.994 e R\$ 512.791, respectivamente.

Testes de Estresse

Permite antever potenciais perdas em carteiras de operações diante da variação das taxas de juros, cupom cambial ou índices de preços, que poderão vir a ser praticadas no mercado em situações extremas. Esta ferramenta complementa outras abordagens de gestão de risco usadas para exercícios de normalidade, tais como Valor econômico (EVE), Resultados de intermediação financeira (NII) e Valor em Risco (VaR) utilizados no Banco.

O Banco realiza trimestralmente três modalidades de testes de estresse além de análise de sensibilidade, atendendo aos normativos do Bacen e do CMN. Esses testes possuem os objetivos descritos adiante:

- estimar percentual da variação do valor marcado a mercado das operações em relação ao Patrimônio de Referência (PR), com utilização de choque compatível com o 1º e o 99º percentis de uma

63

Notas Explicativas

distribuição histórica de variações nas taxas de juros, considerando-se o exercício de manutenção (*holding period*) de um ano e o exercício de observação de cinco anos;

- estimar a quantidade de pontos-base de choques paralelos de taxas de juros necessários para acarretar redução do valor de mercado no ativo (ou aumento no valor do passivo) das operações constantes das Carteiras de Negociação e Bancária correspondente a 5% (cinco por cento), 10% (dez por cento) e 20% (vinte por cento) do PR; e
- estimar as perdas que ocorreriam se o cenário integrado de estresse, elaborado pela área econômica do Banco em conjunto com áreas como a de planejamento, de controladoria e de gestão de riscos, viesse a ocorrer.

Os resultados dos testes de estresse são comunicados, por meio de relatórios trimestrais, à Administração do Banco, bem como utilizados pela área de gestão de riscos para o acompanhamento sistemático do nível de exposição do Banco aos choques nas taxas de juros, com vistas aos necessários *feedbacks* às respectivas áreas negociais.

Análise de Sensibilidade

Observando-se as disposições da Resolução BCB nº 2, de 12.08.2020 e Resolução CVM nº 121, de 03.06.2022, realizou-se análise de sensibilidade, com vistas à identificação dos principais tipos de riscos capazes de gerar perdas ao Banco, considerando-se cenários alternativos para o comportamento dos diversos fatores de risco das operações que compõem as carteiras de Negociação e Bancária, cujos resultados são apresentados no quadro abaixo:

Carteira/ Fator de Risco	Risco de variação em:	Cenário 1 (Variação de 25%)		Cenário 2 (Variação de 50%)	
		Perda	% PL	Perda	% PL
Carteira de Negociação					
Ações	Taxas de juros prefixadas em reais	(2.123)	0,01	(4.246)	0,03
IPCA	Taxas de cupom de IPCA	(41.344)	0,25	(75.641)	0,46
Carteira Bancária					
Prefixado	Taxas de juros prefixadas em reais	(301.438)	1,83	(562.077)	3,42
Cupons cambiais	Taxas de cupons de moedas estrangeiras	(5.286)	0,03	(10.972)	0,07
Moedas Estrangeiras	Taxas de câmbio	(15.746)	0,10	(31.492)	0,19
Índices de preços	Taxas de cupons de inflação	(56.331)	0,34	(75.464)	0,46
TJLP	Taxas de cupom de TJLP	(1.616)	0,01	(3.320)	0,02
TLP	Taxas de cupom de TLP	(803)	0,00	(1.609)	0,01
TR	Taxas de cupom de TR	(142.478)	0,87	(304.908)	1,85

Para efeito dos cálculos acima, utilizou-se um cenário-base, que configura a situação mais provável, no qual foram considerados os saldos líquidos das carteiras, em valores marcados a mercado a partir de taxas coletadas na B3. Para a construção dos cenários 1 e 2, aplicaram-se variações de 25% e 50%, respectivamente, nos fatores de risco de mercado correspondentes, estimando-se novos saldos líquidos para as carteiras. As perdas, apresentadas em valores absolutos e como um percentual do Patrimônio Líquido do Banco constituem as diferenças entre os saldos do cenário-base e os saldos dos cenários 1 e 2.

Também foi realizada análise de sensibilidade para as operações de swap e seus respectivos objetos de hedge, apresentada nos demonstrativos abaixo:

Natureza da Operação	Tipo de Risco	Instrumento Financeiro	Cenário 1 (Provável)	Cenário 2 (Variação de 25%)		Cenário 3 (Variação de 50%)	
			Saldo	Saldo	Perda	Saldo	Perda
Derivativos para Hedge	Variação da taxa referencial B3 S.A	Swap Euro x IPCA	643.026	553.760	89.266	482.425	160.600
		Passivo em ME	(620.147)	(550.699)	(69.448)	(493.757)	(126.390)
		Exposição Líquida	22.879	3.061	19.818	(11.331)	34.210

Foram analisadas as perdas de valor de mercado na exposição líquida nos cenários 2 e 3 em relação ao cenário 1, decorrentes de um possível aumento estressado do cupom cambial nas operações em moeda estrangeira.

Notas Explicativas

O método empregado na análise de sensibilidade das operações de *hedge* consistiu na mensuração de variações da exposição líquida marcada a mercado entre as operações passivas indexadas ao dólar e as pontas ativas em dólar das operações de *swap*. A exposição líquida foi calculada para três cenários, permitindo a comparação entre eles. O cenário 1 utiliza as taxas de mercado, representando a situação atual para os fatores de exposição a risco, tendo como base as taxas divulgadas pela B3. Os cenários 2 e 3 são obtidos aplicando-se choques de 25% e 50% no cupom cambial utilizado no cenário 1.

e) Risco Operacional

A gestão do risco operacional é realizada por meio de estrutura organizacional dedicada, atuando sob uma visão de processos para oferecer suporte às atividades de avaliação de riscos nos processos de negócios e de suporte da Instituição. Essa gestão é conduzida de forma integrada e alinhada às normas do Bacen, com foco na identificação proativa de exposições por meio da metodologia de autoavaliação de riscos e controles (RCSA), que permite mensurar riscos inerentes e desenvolver a Matriz de Riscos dos processos, complementada pelo monitoramento contínuo de indicadores-chave (KRIs) e registro centralizado de perdas operacionais.

Em conformidade com a Resolução BCB nº 356, de 28.11.2023, foi implementada em 2025 a metodologia avançada para cálculo de capital alocado a risco operacional, substituindo o modelo anterior (Basic Indicator Approach - BIA). A nova abordagem, baseada em dados históricos e cenários de estresse, permitiu maior precisão na mensuração de riscos, sem implicar aumento de capital em comparação à metodologia antiga, graças à otimização de processos e controles preventivos estabelecidos por meio das avaliações qualitativas realizadas.

A migração para o novo modelo reforçou a estrutura de governança, com aprimoramento dos sistemas de acompanhamento de ações de, mantendo plena aderência às exigências do Bacen. Destaca-se a manutenção de capital adequado para cobrir eventos extremos, assegurando resiliência mesmo em cenários adversos.

Mantém-se o compromisso com a melhoria contínua da gestão de risco operacional, garantindo a sustentabilidade dos negócios e a proteção dos interesses de todas as partes interessadas, por meio de estrutura dedicada e metodologias consolidadas de identificação, avaliação e mitigação de riscos, em estrita observância às diretrizes regulatórias.

f) Exposição Cambial

As operações contratadas com cláusula de reajuste cambial apresentaram, em 31.03.2026, o saldo líquido de exposição cambial comprada, no montante de R\$ 3.771 (R\$ 31.024 em 31.12.2025 - exposição vendida), conforme a seguir:

Especificação	31.03.2026	31.12.2025	Especificação	31.03.2026	31.12.2025
Disponibilidades	23.765	22.623	Relações Interdependências	7.393	22.832
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	50.027	18.173	Obrigações por Empréstimos e Repasses - Do País	16.308	19.229
Operações de Crédito	61.025	136.653	Obrigações por Empréstimos e Repasses - Do Exterior	778.019	825.384
Outros Créditos	383.746	382.128	Outras Obrigações	388.022	348.538
Total de Ativos em Moedas Estrangeiras, exceto Derivativos	518.563	559.577	Total de Passivos em Moedas Estrangeiras	1.189.742	1.215.983
Operações de <i>Swap</i>	674.950	625.382			
Total de Exposição Ativa em Moedas Estrangeiras	1.193.513	1.184.959	Total de Exposição Passiva em Moedas Estrangeiras	1.189.742	1.215.983

A exposição cambial é mantida abaixo dos limites estabelecidos na Declaração de Apetite por Riscos – RAS (3% do Patrimônio de Referência nível I).

g) Riscos Social, Ambiental e Climático

A Política Corporativa de Gestão de Riscos apresenta as seguintes definições para os riscos social, ambiental e climático (RSAC):

- risco social é a possibilidade de ocorrência de perdas para o Banco ocasionadas por eventos associados à violação de direitos e garantias fundamentais ou a atos lesivos a interesse comum;

Notas Explicativas

- risco ambiental é a possibilidade de ocorrência de perdas para o Banco ocasionadas por eventos associados à degradação do meio ambiente, incluindo o uso excessivo de recursos naturais;
- risco climático de transição é a possibilidade de ocorrência de perdas ocasionadas por eventos associados ao processo de transição para uma economia de baixo carbono, em que a emissão de gases do efeito estufa é reduzida ou compensada e os mecanismos naturais de captura desses gases são preservados; e
- risco climático físico é a possibilidade de ocorrência de perdas para o Banco ocasionadas por eventos associados a intempéries frequentes e severas ou a alterações ambientais de longo prazo, que possam ser relacionadas a mudanças em padrões climáticos.

As diretrizes específicas para a gestão dos RSAC envolvem, principalmente, observância à legislação e à Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática do Banco (PRSAC).

Limites Operacionais – Acordo de Basileia

Em 31.03.2026, o Banco apresentou os índices de capital regulatório, bem como os ativos ponderados e respectivas margens conforme tabela “i” a seguir. Não se registrou, no período avaliado, a possibilidade de descumprimento dos requisitos de capital previstos na regulamentação em vigor.

i. Requerimentos Mínimos de Capital (Basileia III)

Especificação	31.03.2026	31.12.2025
Patrimônio de Referência (PR)	17.516.442	17.211.559
Nível I	16.831.661	16.298.517
Capital Principal	16.041.172	15.508.028
Capital Complementar	790.489	790.489
Nível II	684.781	913.042
Ativos Ponderados por Risco (RWA)	123.525.307	122.922.380
Parcela RWACPAD	105.194.581	104.525.496
Parcela RWACAM	210.995	108.672
Parcela RWAJUR	707.144	1.229.711
Parcela RWACOM	1.102	21
Parcela RWAACS	11.155	13.721
Parcela RWACVA	176.635	217.578
Parcela RWADRC	26.844	25.727
Parcela RWAOPAD	17.196.851	16.801.454
Margem sobre o PR Requerido	7.634.417	7.377.768
Capital para o Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária (IRRBB)	512.791	471.944
Margem sobre o PR Requerido Considerando o IRRBB	7.121.626	6.905.824
Margem sobre o PR Nível I Requerido	9.420.142	8.923.174
Margem sobre o Capital Principal Requerido	10.482.533	9.976.521
Adicional de Capital Requerido - ACP (2,5%)	3.088.133	3.073.059
Margem sobre o Adicional de Capital Requerido	4.546.285	4.304.709
Índices de Basileia:		
Índice de Capital Principal (Requerimento mínimo de 4,5%)	12,99%	12,62%
Índice de Nível I (Requerimento mínimo de 6,0%)	13,63%	13,26%
Índice de Patrimônio de Referência (Requerimento mínimo de 8,0%)	14,18%	14,00%
Índice de Patrimônio de Referência incluindo IRRBB	13,48%	13,36%

Onde:

- RWACPAD: parcela relativa às exposições a risco de crédito;
- RWACAM: parcela relativa às exposições em ouro, em moeda estrangeira e em ativos sujeitos à variação cambial;
- RWAJUR: parcela relativa às exposições sujeitas à variação de taxas de juros;
- RWACOM: parcela relativa às exposições sujeitas à variação dos preços de mercadorias;
- RWAACS: parcela relativa às exposições sujeitas à variação dos preços de ações;
- RWACVA: parcela relativa às exposições ao risco de variação do valor dos instrumentos financeiros derivativos em decorrência da variação da qualidade creditícia da contraparte;
- RWADRC: parcela relativa às exposições ao risco de crédito dos instrumentos financeiros classificados na carteira de negociação;
- RWAOPAD: parcela referente ao risco operacional; e
- IRRBB: capital para cobertura do risco das operações sujeitas à variação de taxas de juros não classificadas na carteira de negociação.

Notas Explicativas

ii. Detalhamento do PR – (Basileia III)

Especificação	31.03.2026	31.12.2025
Patrimônio de Referência (PR)	17.516.442	17.211.559
Patrimônio de Referência Nível I	16.831.661	16.298.517
Capital Principal	16.041.172	15.508.028
Capital Social	13.238.172	13.238.172
Reservas de Lucros	3.905.976	3.789.709
Reservas de Reavaliação	-	13.038
Contas de Resultado Credoras	5.563.927	-
Contas de Resultado Devedoras	(5.063.365)	-
Outros Resultados Abrangentes	(928.336)	(974.758)
Lucros ou Prejuízos Acumulados	(115.776)	-
Ajuste Decorrente da Constituição de Perdas Esperadas	92.582	138.873
Ajustes Prudenciais	(652.008)	(697.006)
Ativos Intangíveis	(407.857)	(356.723)
Créditos Tributários de Diferenças Temporárias	(240.906)	(337.219)
Diferença a Menor – Ajustes Resolução CMN nº 4.277, de 31.10.2013	(3.245)	(3.064)
Capital Complementar	790.489	790.489
Instrumentos elegíveis ao Capital Complementar	790.489	790.489
Patrimônio de Referência Nível II	684.781	913.042
Instrumentos Elegíveis ao Nível II	684.781	913.042

As Letras Financeiras Subordinadas no valor de R\$ 801.040 (R\$ 801.040 em 31.12.2025), captadas em junho de 2019, foram autorizadas pelo Bacen a compor o PR Nível I, a título de Capital Complementar. Essas letras atendem ao disposto no Artigo 10º da Resolução CMN nº 5.007, de 24.03.2022 que permite a recompra de até 3% do seu valor contábil.

As Letras Financeiras Subordinadas, citadas anteriormente, têm caráter de perpetuidade, não possuindo vencimento, conforme exigência da Resolução CMN nº 4.955, de 21.10.2021, para que possam ser elegíveis ao Nível I do Patrimônio de Referência.

Os contratos de Dívida Subordinada firmados com o FNE, autorizados a compor o Nível II do PR, de acordo com o Art. 31 da Resolução CMN nº 4.955, de 21.10.2021, estão sendo excluídos gradativamente do Nível II do PR seguindo o cronograma definido no citado artigo.

iii. Razão de Alavancagem (RA)

A Razão de Alavancagem, conforme metodologia aprovada pela Circular Bacen nº 3.748, de 27.02.2015, corresponde ao resultado da divisão do PR de Nível I, pela Exposição Total. O CMN determinou, em sua Resolução 4.615 de 30.11.2017, um limite mínimo de 3% para a Razão de Alavancagem. A situação do Banco está demonstrada no quadro a seguir:

Especificação	31.03.2026	31.12.2025
PR Nível I	16.831.661	16.298.517
Exposição Total	161.252.260	158.088.653
Razão de Alavancagem (%)	10,44	10,31

iv. Índice de Imobilização

O índice de imobilização do Banco, calculado na forma das disposições da Resolução CMN nº 4.957, de 21.10.2021, encontra-se demonstrado a seguir:

Especificação	31.03.2026	31.12.2025
Patrimônio de Referência para o Limite de Imobilização	17.516.442	17.211.559
Limite para Imobilização (50% do PR ajustado)	8.758.221	8.605.779
Situação	418.961	370.535
Margem	8.339.260	8.235.244
Índice de imobilização	2,39%	2,15%

Notas Explicativas

NOTA 24 - Partes Relacionadas

a) Transações com Partes Relacionadas

A política de transações com Partes Relacionadas do Banco dispõe que sejam aplicadas as condições e taxas compatíveis com as práticas de mercado, além de estabelecer as orientações a serem observadas em potenciais conflitos de interesses.

No período, o Banco realizou transações bancárias com as Partes Relacionadas, tais como: depósitos em conta corrente (não remunerados), aplicações financeiras e operações de crédito e repasses.

Saldos das Transações com Partes Relacionadas

Especificação	31.03.2026			
	Entidades sob controle do Governo Federal ⁽¹⁾	Pessoal-chave da administração ⁽²⁾	Outras partes relacionadas	Total
Ativos				
Carteira de Crédito	-	118	574	692
Passivo				
Depósitos a Vista	-	37	37	74
Depósitos de Poupança	-	113	267	380
Depósitos a Prazo	-	1.145	-	1.145
Recursos por Emissões de Letras	-	1.578	2.195	3.773
Obrigações por Repasses do País (Nota 11.a.3.1)	1.303.743	-	-	1.303.743
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital (Nota 11.a.5)	4.033.038	-	-	4.033.038
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento (Nota 11.a.6)	20.019.777	-	-	20.019.777
Provisões Passivo Atuarial (Benefícios pós-emprego: Planos de Pensão e Aposentadoria, Assistência Médica e Seguro de Vida)	-	-	2.618.374	2.618.374

Especificação	31.12.2025			
	Entidades sob controle do Governo Federal ⁽¹⁾	Pessoal-chave da administração ⁽²⁾	Outras partes relacionadas	Total
Ativos				
Carteira de Crédito	-	149	737	886
Passivo				
Depósitos a Vista	237	108	52	397
Depósitos de Poupança	-	110	283	393
Depósitos a Prazo	-	1.008	-	1.008
Recursos por Emissões de Letras	-	1.530	2.012	3.542
Obrigações por Repasses do País (Nota 11.a.3.1)	1.144.578	-	-	1.144.578
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital (Nota 11.a.5)	3.953.830	-	-	3.953.830
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento (Nota 11.a.6)	17.801.411	-	-	17.801.411
Provisões Passivo Atuarial (Benefícios pós-emprego: Planos de Pensão e Aposentadoria, Assistência Médica e Seguro de Vida)	-	-	2.683.657	2.683.657

⁽¹⁾ Tesouro Nacional, BNDES e Fundos e Programas (Finame, Fungetur, FNE, FDNE, FMM, PNCF); e

⁽²⁾ Conselho de Administração e Diretoria Executiva.

Notas Explicativas

a.1) Remuneração da Administração

A remuneração do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal está demonstrada a seguir:

Especificação	01.01 a 31.03.2026	01.01 a 31.03.2025
Honorários	1.293	1.264
Diretoria	1.154	1.141
Conselho de Administração	86	77
Conselho Fiscal	53	46
Outros	758	585
Remuneração Variável (RVA) ⁽¹⁾	674	666
RVA Baseada em Ações	337	333
RVA Convertida em Pecúnia	337	333
Total dos Benefícios de Curto Prazo	2.726	2.515
Benefícios Pós-Emprego	81	59
Total	2.806	2.574

⁽¹⁾ 50% da RVA correspondem a instrumento baseado em ações, tendo como parâmetro, para a provisão e para o pagamento em dinheiro, o preço de cotação das ações do Banco na B3. Os valores constantes do quadro acima correspondem à provisão dos pagamentos a ocorrerem, bem como às parcelas diferidas a serem liquidadas nos três anos seguintes, em conformidade com a Resolução CMN nº 5.177, de 26.09.2024.

O Banco oferta aos diretores, como benefícios pós-emprego, Planos de Previdência e de Assistência Médica, nas mesmas condições oferecidas aos empregados.

NOTA 25 - Resultados Recorrentes e Não Recorrentes

Especificação	01.01 a 31.03.2026	01.01 a 31.03.2025
(A) Resultado Recorrente	562.673	341.102
(B) Resultado Não Recorrente	(74.657)	111
Renegociações de Operações do FNE – Lei 13.340/2016 ⁽¹⁾	78	-
Renegociações de Operações do FNE – Lei 14.554/2023 ⁽²⁾	4.286	131
Programa Desenrola Rural – Operações do FNE com risco compartilhado ⁽³⁾	2.433	75
Incidente de Segurança Cibernética ⁽⁴⁾	(146.614)	-
Efeitos fiscais e PLR sobre itens extraordinários	65.160	(95)
(C) = Lucro Líquido (A)+(B)	488.016	341.213

⁽¹⁾ Resultado no Balanço do BNB proveniente do Programa de Regularização de Dívidas e Facilitação de Acesso ao Crédito Rural da Agricultura Familiar – Desenrola Rural, instituído pelo Decreto nº 12.381, de 11/02/2025, em operações do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) com risco compartilhado.

⁽²⁾ Impacto no resultado das recuperações de créditos com base na Lei nº 14.166, de 10.06.2021, que dispõe sobre a renegociação extraordinária de débitos no âmbito do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), prorrogada pela lei nº 14.995 de 10.10.2024.

⁽³⁾ Lei nº 13.340 de 28.09.2016, prorrogada pela lei nº 14.995, que autorizou a liquidação e a renegociação de dívidas de crédito rural para produtores das regiões Norte e Nordeste.

⁽⁴⁾ Comunicado ao Mercado em 26 de janeiro de 2026.

Notas Explicativas

NOTA 26 - Outras Informações

a) Declaração de Conformidade

Confirmamos que todas as informações relevantes, próprias das Informações Trimestrais (ITR), e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão do Banco.

b) Aprovação das Informações Trimestrais (ITR)

As Informações Trimestrais (ITR) do Banco foram aprovadas pelo Conselho de Administração, por meio de reunião realizada em 11 de maio de 2026.

Fortaleza (CE), 11 de maio de 2026.

A Diretoria

Obs.: As Notas Explicativas são parte integrante das Informações Trimestrais (ITR) do Banco do Nordeste do Brasil S.A.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO: Sávia Gavazza dos Santos (Presidente) – Aduino Modesto Júnior – Lindemberg de Lima Bezerra – Luiz Alberto da Silva Júnior – Olavo Rebelo de Carvalho Filho – Paulo Henrique Saraiva Câmara – Romildo Carneiro Rolim

DIRETORIA: Paulo Henrique Saraiva Câmara (Presidente) – Ana Teresa Barbosa de Carvalho (Diretora de Administração) – José Aldemir Freire (Diretor de Planejamento) – Leonardo Victor Dantas da Cruz (Diretor de Controle e Risco) – Raimundo Vândir Farias Júnior (Diretor de Negócios) – Wanger Antônio de Alencar Rocha (Diretor Financeiro e de Crédito)

CONSELHO FISCAL: Fernanda Peixoto Souto (Presidente) – Carlos Higino Ribeiro de Alencar – Jose Lucenildo Parente Pimentel

COMITÊ DE AUDITORIA: João Andrade Vieira da Silva (Coordenador) – Décio José Padilha da Cruz – Marcelo Andrade Bezerra Barros – Olavo Rebelo de Carvalho Filho

SUPERINTENDENTE DE CONTROLADORIA: Aíla Maria Ribeiro de Almeida Medeiros (Contadora CRC-CE 016318/O-7)

CONTADOR: José Graciano Dias – CRC-CE 007949/O-7

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas
Banco do Nordeste do Brasil S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias do Banco do Nordeste do Brasil S.A. ("Banco"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2026, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - "Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2026, elaborada sob a responsabilidade da administração do Banco e apresentada como informação suplementar para fins do Banco Central do Brasil. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Brasília, 12 de maio de 2026

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-5

Caio Fernandes Arantes
Contador CRC 1SP222767/O-3

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Nós, Diretores do Banco do Nordeste do Brasil S.A., declaramos para fins de atendimento às disposições do Artigo 27, parágrafo 1º, Inciso VI, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que tomamos conhecimento, revimos, discutimos e concordamos com o inteiro teor das Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais do Banco do Nordeste do Brasil S.A., componentes das Informações Trimestrais (ITR) levantadas em 31 de março de 2026.

Fortaleza, 05 de maio de 2026

DIRETORIA: Paulo Henrique Saraiva Câmara (Presidente) – Ana Teresa Barbosa de Carvalho (Diretora de Administração) – José Aldemir Freire (Diretor de Planejamento) – Leonardo Victor Dantas da Cruz (Diretor de Controle e Risco) – Raimundo Vândir Farias Júnior (Diretor de Negócios) – Wanger Antônio de Alencar Rocha (Diretor Financeiro e de Crédito)

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Nós, Diretores do Banco do Nordeste do Brasil S.A., declaramos para fins de atendimento às disposições do Artigo 27, parágrafo 1º, Inciso V, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que tomamos conhecimento, revimos, discutimos e concordamos com o inteiro teor do Relatório, exarado nesta data, pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais do Banco do Nordeste do Brasil S.A., componentes das Informações Trimestrais (ITR) levantadas em 31 de março de 2026.

Fortaleza, 12 de maio de 2026

DIRETORIA: Paulo Henrique Saraiva Câmara (Presidente) – Ana Teresa Barbosa de Carvalho (Diretora de Administração) – José Aldemir Freire (Diretor de Planejamento) – Leonardo Victor Dantas da Cruz (Diretor de Controle e Risco) – Raimundo Vandir Farias Júnior (Diretor de Negócios) – Wanger Antônio de Alencar Rocha (Diretor Financeiro e de Crédito)